

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG FLÁVIO MACEDO BRASIL

A DESCENTRALIZAÇÃO DA ÁREA-RIO E A CRIAÇÃO DA SEGUNDA ESQUADRA:  
PERSPECTIVAS E DESAFIOS A SEREM VENCIDOS.

A importância estratégica da criação de uma Segunda Esquadra

Rio de Janeiro

2010

CMG FLÁVIO MACEDO BRASIL

A DESCENTRALIZAÇÃO DA ÁREA-RIO E A CRIAÇÃO DA SEGUNDA ESQUADRA:  
PERSPECTIVAS E DESAFIOS A SEREM VENCIDOS.

A importância estratégica da criação de uma Segunda Esquadra

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval,  
como requisito parcial para a conclusão do Curso de  
Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Francisco J. de Matos

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval

2010

## RESUMO

Este trabalho pretende identificar as motivações que levaram a alta cúpula de defesa brasileira a decidir pelo aumento do poder naval nacional e pela fixação de considerável e importante parcela deste poder na região norte/nordeste do país, nas proximidades da foz do rio Amazonas, com fito de contribuir para elucidar o processo analítico que embasou as decisões em discussão. Pretende, também, revelar os desafios e as perspectivas estratégicas que se apresentarão à Marinha do Brasil na implementação das diretrizes emanadas pela Estratégia Nacional de Defesa. O trabalho tem seu início pelo levantamento dos dados que permitem conhecer os recursos naturais existentes na Amazônia, visando a compreender as razões que levam a região a ser estratégica para o Brasil e alvo da cobiça internacional, o que justifica a escolha da região onde a nova parcela do poder naval terá sua base. A seguir, buscou-se levantar os indicadores macroeconômicos que apoiam a percepção de estar o Brasil experimentando um ciclo de crescimento e desenvolvimento, além de fatos que denotem a nova posição que o país vem assumindo no Sistema Internacional. O capítulo seguinte é dedicado a discutir a necessidade de uma capacidade militar compatível com a estatura político-econômica de uma nação, como parte dos instrumentos de sua política externa que, aliado à noção do crescimento brasileiro, contribuem para justificar o aumento do poder militar, previsto na Estratégia Nacional de Defesa com a criação de uma segunda Esquadra. O estudo prossegue analisando a Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa, buscando correlacionar as orientações e diretrizes ali contidas com as conclusões dos capítulos anteriores e, também, justificando as decisões estratégicas afetas à Marinha do Brasil com auxílio de reconhecidos teóricos da estratégia naval. O trabalho progride agora no sentido de identificar e revelar as perspectivas e os desafios que se apresentarão ao poder naval no atendimento às demandas geradas pela Estratégia Nacional de Defesa.

Palavras-chave: Amazônia, foz do rio Amazonas, Segunda Esquadra, política de defesa nacional, estratégia nacional de defesa.

## **ABSTRACT**

The purpose of this work is to point out which were the important decision factors that led the high echelon of the Brazilian defense to decide for an increase in national naval powers, and for the deployment of a considerable part of it in the north/northeastern region of the country, in the proximities of Amazon river estuary, aiming to fully explain the analytical process that upheld such decisions. The author also intends to disclose the challenges and strategical perspectives that will be posed to the Brazilian Navy to perform the directives implicit in the National Defense Strategy. The work began by collecting data that permitted reckoning the existing natural resources in the Amazon, to fully understand the reasons that makes the region to be strategical to Brazil and target of international covetousness, what justifies the choice of the region as the site to build the premisses to accommodate the portion of the naval power newly created. Next in time, seeking for the macroeconomics indicators that support the perception that Brazil is in a trend of growth and development, and also the facts that shows the country is ascending to a new position in the International System. The next chapter is dedicated do discuss the necessity of military capacity compatible to the political-economic status of a nation as part of the means of its foreign policy, that added up to the notion of the Brazilian growth, contribute to justify the increase of its military power, foreseen by the National Defense Strategy, with the creation of a Second Fleet. The study continues, by analyzing both, the National Defense Policy and the National Defense Strategy, procuring correlations between the directives therein contained, vis-à-vis the conclusions of the preceding chapters, and also the strategical decisions concerning to the Brazilian Navy, with the indispensable support of reputed theorists of naval strategy. The work, then, progresses to identify and to disclose the perspectives and challenges that will be presented to the naval power as required by the National Defense Strategy.

**Key words:** Amazon, Amazon river, river Amazon river estuary, second fleet, National defense policy, national defense strategy.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>A RICA, ESTRATÉGICA E COBIÇADA REGIÃO AMAZÔNICA.....</b>	<b>7</b>
2.1	A Amazônia brasileira e suas riquezas naturais.....	7
2.1.1	O potencial energético da Amazônia.....	8
2.1.1.1	Os hidrocarbonetos.....	8
2.1.1.2	A energia nuclear.....	10
2.1.1.3	O potencial hidrelétrico.....	10
2.1.1.4	A biomassa.....	11
2.1.2	A água.....	13
2.1.3	As riquezas minerais.....	16
2.1.3.1	A província mineral de Carajás.....	18
2.1.4	A biodiversidade amazônica.....	23
2.2	A cobiça internacional.....	26
<b>3</b>	<b>A RELEVÂNCIA DO BRASIL NO SISTEMA INTERNACIONAL.....</b>	<b>30</b>
3.1	Breve retrospectiva da história recente da economia brasileira.....	30
3.2	O crescimento da economia brasileira.....	33
3.3	O bônus demográfico.....	39
3.4	O Brasil no Sistema Internacional.....	41
<b>4</b>	<b>DA NECESSIDADE DO PODER MILITAR E SUA CORRELAÇÃO COM A POLÍTICA EXTERNA DO PAÍS.....</b>	<b>45</b>
<b>5</b>	<b>A AGENDA DE DEFESA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A MARINHA DO BRASIL.....</b>	<b>52</b>
5.1	A Política de Defesa Nacional.....	53
5.2	A Estratégia Nacional de Defesa.....	58
<b>6</b>	<b>A CRIAÇÃO DA SEGUNDA ESQUADRA - PERSPECTIVAS E DESAFIOS ESTRATÉGICOS.....</b>	<b>69</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>78</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Estratégia Nacional de Defesa veio preencher uma lacuna entre as diretrizes de alto nível do Brasil e reinserir o tema defesa na agenda nacional, de onde há muito se encontrava afastado.

Aderente aos conceitos expressos na Política de Defesa Nacional, a Estratégia estabelece que “Duas áreas do litoral continuarão a merecer atenção especial, do ponto de vista da necessidade de controlar o acesso marítimo ao Brasil: a faixa que vai de Santos a Vitória e a área em torno da foz do rio Amazonas” (BRASIL, 2008, p. 20).

Quando estabelece, em uma das suas diretrizes, “Priorizar a Amazônia” a Estratégia confere especial importância àquela região do país, demonstrando que, no que tange à atenção dedicada àquela região, se alinha com a Política de Defesa Nacional, ao mesmo tempo em que vai ao encontro da percepção da sociedade brasileira sobre a importância estratégica da região para o país, que se pretende demonstrar (BRASIL, 2008, p. 14).

Ao estabelecer que a Marinha do Brasil deva erigir uma Base Naval em local próximo à foz do rio Amazonas e nela sediar uma Esquadra, que denominaremos Segunda Esquadra, sem qualquer justificativa teórica explícita, a Estratégia Nacional de Defesa nos oferece a oportunidade de discutir essa justificativa, tema principal deste Estudo.

O processo de justificativa se inicia pela apresentação de dados que demonstram o potencial e a riqueza da Amazônia e pela enumeração de manifestações que nos permitam concluir ser a região estratégica para o Brasil e objeto da cobiça internacional.

O capítulo três é dedicado à análise dos indicadores macroeconômicos brasileiros, visando a confirmar a estabilidade e o crescimento da economia do país, e também à apresentação de fatos que nos ajudem a comprovar a elevação da relevância do Brasil no sistema internacional.

A discussão continua no capítulo quatro, no qual são elencados apoios teóricos à ideia da necessidade de um país possuir capacidade militar e também da desejável compatibilidade desta capacidade com os interesses nacionais e sua importância no concerto das nações.

No capítulo cinco, a Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa são cotejadas com os estudos, teorias, opiniões de notáveis e de estrategistas de renome, num processo analítico, visando a amparar e justificar teoricamente as orientações e diretrizes contidas nos documentos.

O estudo prossegue no capítulo seis, em que a nova agenda de defesa do país é analisada, do ponto de vista das suas implicações, em termos de desafios e oportunidades estratégicas para a Marinha do Brasil.

O último capítulo será dedicado a compilar as conclusões obtidas ao longo do estudo, decorrentes da análise das oportunidades e desafios que a Marinha do Brasil enfrentará na empreitada de criar no litoral norte-nordeste uma nova esquadra e sua respectiva base, que se pretende contribuam para o sucesso do empreendimento.

## 2 A RICA, ESTRATÉGICA E COBIÇADA REGIÃO AMAZÔNICA

Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil.

Estratégia Nacional de Defesa

A Amazônia é tida como uma região rica em recursos minerais e energéticos sendo, portanto, de importância estratégica para o Brasil e, por isso, historicamente alvo do interesse internacional. Examinemos estas questões.

### *2.1 A Amazônia brasileira e suas riquezas naturais*

Geograficamente, a Amazônia é a região em torno da bacia do rio Amazonas, que abrange parte dos territórios de Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. Esta região, cuja superfície tem, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 6,9 milhões de km<sup>2</sup>, representa cerca de 1/20 da superfície terrestre do planeta, 2/5 da América do Sul, contendo 1/3 das florestas latifoliadas<sup>1</sup> equatoriais existentes no planeta. É uma região natural que engloba padrões de relevo, clima, drenagem, solo e vegetação bem definidos.

No Brasil, até 1953, a região era conhecida como Amazônia Brasileira e abarcava os estados e os então territórios que compunham a região Norte do país. A lei nº 1.806, de 06/01/1953, incorporou à Amazônia Brasileira, com fito de concessão de incentivos fiscais, a parte oeste do Estado do Maranhão, a parte norte do antigo Estado de Goiás, o atual Estado do Tocantins, e a parte norte do então Estado do Mato Grosso, que representa o hoje Estado do Mato Grosso, após sua separação do Estado de Mato Grosso do Sul, ocorrida em 1977. Esta

---

<sup>1</sup> Florestas latifoliadas ou de folhas largas.



nova região passou a ser denominada Amazônia Legal por uma demanda política em função de planejamentos governamentais que pretendiam promover o desenvolvimento da região e suas franjas. A Amazônia Legal, segundo o IBGE, tem uma área de aproximadamente 4,8 mil km<sup>2</sup>, portanto cerca de 59% do território nacional.

Os recursos naturais do Brasil foram, ao longo da história, o principal atrativo para seus invasores. Além de Portugal, que o descobriu e explorou, França e Holanda invadiram a então colônia portuguesa em busca da exploração de suas riquezas. As riquezas brasileiras despertaram e, como pretendemos demonstrar, continuam a despertar a cobiça internacional.

Para compreender as razões do interesse internacional pela Amazônia, analisaremos suas riquezas e potenciais em relação a energia, água doce, reservas minerais e biodiversidade.

### *2.1.1 O potencial energético da Amazônia*

A matriz energética mundial tem um forte viés no uso de combustíveis de origem fóssil. A estabilização das reservas mundiais de hidrocarbonetos, associada às flutuações do preço da *commodity*, ao constante crescimento do consumo e à questão dos danos ambientais por eles provocados, trazem nova dinâmica à descoberta de novas reservas e ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia (WORLD ENERGY COUNCIL, 2007).

#### *2.1.1.1 Os hidrocarbonetos*

O mundo tem testemunhado conflitos cujas causas apontam para o domínio das regiões do Globo onde se encontram as principais reservas de petróleo. O constante aumento do consumo, aliado à previsão do esgotamento das reservas conhecidas dentro de algumas décadas, conferem às descobertas de novas jazidas considerável importância estratégica.

Em relação aos hidrocarbonetos, depósitos de petróleo e, principalmente, gás natural, a região amazônica possui sítios de exploração já em fase de produção, em Urucu<sup>2</sup>, no Estado do Amazonas, capaz de produzir atualmente, por dia, cerca de sessenta mil barris de óleo e seis milhões de metros cúbicos de gás natural. Além dessa, existem outras jazidas promissoras, em fase de avaliação, no vale do rio Juruá<sup>3</sup>, sub-bacia do alto Solimões (AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS, 2010).

Pesquisas recentes indicam que as possibilidades da região, principalmente para gás, são bem maiores que as detectadas até o presente, ampliando as possibilidades de sucesso, inclusive para as sub-bacias do médio e baixo Amazonas. O Ministério das Minas e Energia estima o potencial das reservas de petróleo e gás natural da Amazônia em duzentos milhões de barris de petróleo e 93 milhões de metros cúbicos de gás natural (AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS, 2010).

Salienta-se a importância da exploração de petróleo e gás para a economia e a segurança nacionais, assim como o papel de impulsão que desempenham para uma série de indústrias, com destaque, naturalmente, para a petroquímica. Embora ainda não se disponha de dados completos e conclusivos, o tamanho estimado da produção bruta de petróleo e gás na região permite inferir as dimensões da capacidade de refino e a necessidade dos modais de transporte que tal produção demandará, permitindo vislumbrar o tamanho do setor, e sua importância para o desenvolvimento da região.

As recentes descobertas de petróleo e gás na região do pré-sal, no litoral sudeste do país, não inviabilizam a pesquisa e exploração na região amazônica, pois as reservas ali existentes poderão ser aproveitadas para abastecer aquela região do Brasil, por meio da

---

<sup>2</sup> O rio Urucu localiza-se na confluência dos rios Tefé e Coari, na margem direita do médio rio Solimões.

<sup>3</sup> Afluente da margem direita do alto rio Solimões.

refinaria de Manaus, com custo vantajoso, pela proximidade da fonte com a instalação de refino.

O gasoduto Coari-Manaus, em seu trajeto até a capital do estado, beneficia várias cidades da margem esquerda do rio Solimões, permitindo o uso do gás na geração da energia que as abastece.

#### *2.1.1.2 A energia nuclear*

No que tange à energia nuclear, apesar do ainda grande desconhecimento sobre a localização e a quantificação das reservas de minerais radioativos na Amazônia, estima-se que a região possua cerca de 2% das reservas de urânio e cerca de 30% das reservas de tório<sup>4</sup> existentes no planeta. A confirmação dessas expectativas atribuirá à região um importante papel na questão da geração de energia nuclear (VIDIGAL, 2009; BRASIL, 2010).

#### *2.1.1.3 O potencial hidrelétrico*

O grande e ainda parcialmente explorado potencial hidrelétrico da região ocorre devido ao fato de que a bacia sedimentar do rio Amazonas é ladeada por duas cadeias montanhosas. O Escudo das Guianas, ao norte, e o Escudo Brasileiro, ao sul, dão origem aos inúmeros rios tributários do rio Amazonas, justificando não só o seu caudal, mas também o potencial hidrelétrico da região, estimado como capaz de gerar mais de 130 mil megawatts, que significam um pouco mais que 50% da capacidade hidrelétrica do restante do país (ELETROBRAS, 2007).

A experiência de Balbina ensina que a tecnologia a ser empregada para a exploração do potencial hidrelétrico na região deve ser cuidadosa e criteriosamente

---

<sup>4</sup> Urânio e tório são minerais radioativos empregados na produção de energia nuclear.

selecionada, pois a repetição dos equívocos ali cometidos será de difícil assimilação pela opinião pública. A hidrelétrica de Balbina nasceu da necessidade de abastecer o polo industrial de Manaus com energia mais barata que aquela que lhe era fornecida, produzida por termoeletricas. Para tal, era preciso construir uma usina hidrelétrica na região. O primeiro erro decorreu da escolha do rio. O escolhido foi o Uatumã, de pequeno volume e sito em local de pequeno afluente que, ao ser barrado, inundou uma área exagerada, bem acima da planejada. Os impactos ambientais e sociais decorrentes foram enormes e se perpetuam até os dias atuais. Some-se ao repertório de erros a superestimação do potencial hidrelétrico, que não se concretizou, uma vez que, na prática, os custos da energia gerada em Balbina são ainda maiores que os das termoeletricas que a usina substituiria com economia (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2010).

Os empreendimentos atualmente em fase de construção no rio Madeira, Usinas de Santo Antonio e Jirau, bem como a de Belo Monte, que será erigida no rio Xingu, utilizarão tecnologia que obtém energia pelo fluxo dos caudais e não pelos desníveis, tênues na região. Os reservatórios foram projetados de forma a evitar os erros de Balbina e, assim, gerar menos impactos negativos ao meio ambiente e à população (ELETROBRAS, 2010).

Todo o potencial hidrelétrico de porte que ainda pode ser explorado no país se encontra na região amazônica (ELETROBRAS, 2007).

#### *2.1.1.4 A biomassa*

A constatação da estabilização das reservas mundiais de petróleo, aliada à elevação dos seus custos de produção e exploração, além das questões ambientais decorrentes do seu uso intensivo, vem pressionando pela busca por fontes alternativas de energia limpas e

renováveis. Nesse cenário, a biomassa<sup>5</sup> desponta como a fonte de energia mais promissora, hoje tecnologicamente disponível. A energia da biomassa é obtida pelo uso de insumos de origem vegetal para a produção de energia calorífica. Do processo de conversão dos produtos orgânicos pode-se obter lenha, carvão vegetal, gás e combustíveis como álcool e biodiesel.

A biomassa tem sua energia oriunda da irradiação solar, que é convertida e armazenada pelas plantas, por meio da fotossíntese, sob a forma de carbono. A energia armazenada pode ser transformada em calor ou combustíveis, devolvendo o carbono, na forma de dióxido, à atmosfera.

A produção de biocombustíveis a partir de vegetais da família das oleaginosas, como a soja, o dendê e a mamona, conhecidos como biodiesel, constitui um segmento que vem experimentando um crescente interesse. O professor Bautista Vidal<sup>6</sup> (citado por VIDIGAL, 2009, p. 28) afirma que:

Na região Amazônica, mantendo-se a floresta em pé, pode-se obter com óleo extraído do coquinho do dendê o equivalente à produção atual de petróleo da Arábia Saudita. Isso apenas do dendê, embora existam no Brasil centenas de óleos vegetais que podem substituir esse derivado de petróleo, como o óleo de mamona, girassol, canola, amendoim e tantos outros.

Estima-se que na Amazônia existam milhões de hectares de áreas consideradas adequadas ao plantio do dendê, com expectativa de grande produtividade. Um programa racionalmente planejado, que considere as peculiaridades da região, poderá conduzir não apenas ao aproveitamento do potencial energético da região, mas também contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, preservando a floresta (VIDIGAL, 2009).

---

<sup>5</sup> Biodiesel, etanol, biogás, óleo e carvão vegetais são exemplos de produtos energéticos oriundos da biomassa.

<sup>6</sup> Bautista Vidal, José Walter. "A Energia da Biomassa", *Poder*, nº 1, p. 57-68. Este físico e professor é um dos responsáveis, junto com o engenheiro Urbano Ernesto Stumpf, pelo programa de motores à álcool, na década de 1970.

Segundo Vidal<sup>7</sup> (citado por VIDIGAL, 2009) “o futuro da energia está nos trópicos, notadamente no Brasil, onde o Sol é o fator natural de fornecimento de energia por meio da floresta tropical”.

Em 2004, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel (PNPB), o que demonstra a importância que esta fonte de energia vem adquirindo.

Em que pese ser a produção de biodiesel, nos dias atuais, mais cara que a do diesel derivado do petróleo, é estratégia do Estado brasileiro, seguindo o exemplo do Programa Brasileiro de Álcool (ProÁlcool) da década de 70, prosseguir investindo no PNPB, como forma de garantir o domínio da tecnologia de sua produção e do uso desta fonte de energia.

### 2.1.2 A água

Segundo Vidigal (2009, p. 30):

Um dos maiores problemas do século XXI será, sem dúvida, o da falta de água doce. Muitas guerras no passado, e ainda hoje, foram motivadas pelo controle das regiões produtoras de petróleo; no futuro, é possível que elas sejam feitas pelo controle dos mananciais de água doce.

De fato, a busca por este precioso recurso natural produziu conflitos entre árabes e israelenses, entre a Índia e o Paquistão e entre o Egito e o Sudão. Todos estes conflitos tiveram como motivação, em algum nível, a disputa por mananciais de água doce.

O planeta Terra dispõe de aproximadamente 1,4 milhões de km<sup>3</sup> de água. Deste volume, 97% é água salgada, e o restante, água doce; 77% da água doce existente está concentrada e congelada nas duas calotas polares; 22% por cento são águas subterrâneas, os

---

<sup>7</sup> Bautista Vidal, José Walter. *A Energia da Biomassa*. Poder, nº 1, p. 57-68.

aquíferos, e apenas 1% corresponde às águas superficiais, representadas pelos rios, lagos, etc. (PACIFIC INSTITUTE, 2010).

Aparentemente, existe água doce suficiente para a humanidade, embora mal distribuída, mas a intervenção do homem no meio ambiente tem provocado a contaminação das águas subterrâneas e superficiais, descortinando assim um futuro desalentador, no qual, dentro de algumas dezenas de anos, em especial nas regiões mais desenvolvidas, poderão ocorrer sérios problemas de disponibilidade de água potável (UNITED STATES GEOLOGICAL SERVICE, 2010b).

As calotas polares são o maior reservatório de água doce do planeta, porém seu aproveitamento, segundo os ambientalistas, teria terríveis consequências sobre o clima, a ponto de ameaçar a sobrevivência da humanidade. O aquecimento global e a redução das calotas polares são temas permanentes da agenda ambientalista contemporânea. Descartado o uso da água congelada nos polos, restam as águas subterrâneas, os rios, lagos e afins.

O território brasileiro contém a maior parte do aquífero Guarani, concentrado no subsolo das regiões centro-oeste, sudeste, e sul do país, possuindo uma das maiores reservas de água potável subterrânea do Globo. Além deste, recentemente, foi revelado o aquífero Alter-do-Chão, com uma área estimada em 312 mil km<sup>2</sup>, localizado no subsolo dos estados do Amazonas, Amapá e Pará, cujas reservas, numa avaliação preliminar, já o colocam na posição de maior reserva de água doce subterrânea do mundo. Além desses dois gigantes, ainda não explorado pela mídia, está o aquífero Solimões, com uma área estimada em 457 mil km<sup>2</sup>, situado no subsolo dos estados do Acre e do Amazonas. Estas reservas colocam o país, e especialmente a Amazônia, em posição de destaque mundial no que tange a reservas subterrâneas de água potável (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2005).

Analisemos, agora, a água doce superficial do planeta. Esta está disponível nos rios, lagos, lagoas e demais reservatórios naturais ou artificiais existentes no mundo. Dentre estas fontes, os rios contribuem com a maior quantidade, sendo os quinze maiores responsáveis por aproximadamente 33% de toda a água superficial disponível no Globo. A bacia amazônica representa 20% desse total. Nela, além do Amazonas, o rio mais caudaloso do mundo, há outros três classificados entre os dez maiores do planeta, o Juruá, o Madeira e o Purus<sup>8</sup>. O rio Amazonas, sozinho, responde por cerca de 15% de toda a água superficial disponível no Globo terrestre. O Amazonas é o rio com maior volume de água do mundo, despejando mais de seiscentos milhões de metros cúbicos de água doce no Oceano Atlântico por dia, praticamente sessenta vezes mais que o rio Nilo (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAM, 2010).

O rio Amazonas, que empresta seu nome à região, nasce nos Andes peruanos, a quatro mil metros de altura, no lago Lauricocha, com o nome Marañon. Ao entrar no Brasil, na tríplice fronteira com Peru e Colômbia, passa a ser chamado de Solimões. Na confluência com o rio Negro<sup>9</sup>, nas proximidades da cidade de Manaus, passa a ser chamado de Amazonas. Estende-se, dos Andes até o Oceano Atlântico, por cerca de 5.500 quilômetros, ao longo dos quais recebe centenas de afluentes, que com ele constituem um complexo hidroviário com mais de 25 mil quilômetros de vias navegáveis. Sua extensão no território brasileiro é de 3.800 quilômetros, constituindo fundamental via de ligação leste-oeste que permite o acesso até o extremo oeste do país, a cidade de Tabatinga, na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia, por navios de razoável calado, durante todo o ano. Isto o torna não apenas uma respeitável

---

<sup>8</sup> Os rios Juruá e Purus são afluentes da margem direita do rio Solimões. O rio Madeira é afluente da margem direita do rio Amazonas.

<sup>9</sup> O rio Negro é um afluente da margem esquerda do rio Solimões. Na confluência destes dois rios ocorre o internacionalmente famoso “encontro das águas”, onde “nasce” o rio Amazonas.



fonte de água doce, mas também uma via de importância estratégica não só para o Brasil, como para o Peru, a Colômbia e o Equador (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010b).

Tais dados explicam a importância estratégica da Amazônia como fonte deste recurso natural, que é considerada por muitos como a *commodity* do futuro.

### 2.1.3 As riquezas minerais

A região Amazônica é uma das maiores estâncias minerais do mundo. Ferro e alumínio com altos teores de concentração, cobre, níquel, manganês e estanho estão ali disponíveis, em expressivas quantidades e sendo explorados, abastecendo o mercado internacional.

A Amazônia é uma das maiores regiões do mundo que ainda tem potencialidade para a descoberta de bens minerais. Os primeiros estudos de seu subsolo datam da década de 1960 e, decorridas várias décadas, o conhecimento do conteúdo do subsolo amazônico, de modo geral, ainda é bastante preliminar, no mesmo nível em que os países com mineração desenvolvida encontravam-se no início do século XX (MARINI, 2007).

Não obstante o grande potencial mineral da região, é grande a disparidade entre o conhecimento cartográfico, geológico e geofísico que se tem da Amazônia, quando comparada às demais regiões do território brasileiro (SANTOS, 2002).

A tímida competitividade do Brasil em atrair investimentos de risco, nacionais ou internacionais, para a exploração mineral na Amazônia, comparativamente aos países

concorrentes<sup>10</sup>, decorre, em parte, do baixo nível do conhecimento geológico e da carência de levantamentos básicos da região (SANTOS, 2002).

Os empreendimentos de exploração mineral são de alto risco, longo tempo de maturação, custos elevados e tecnologicamente sofisticados. Conseqüentemente, na tentativa de minimizar riscos, as empresas consideram fortemente os subsídios de conhecimento básico fornecidos pelos países com potencial mineral. Neste confronto, a Amazônia, como região de geologia menos conhecida do planeta, tem sua atratividade reduzida (MARINI, 2007).

Apesar destas carências, os trabalhos executados nas três últimas décadas obtiveram expressivos testemunhos da riqueza de seu subsolo. A fertilidade de alguns de seus ambientes geológicos, onde jazidas de classe e dimensão mundial foram descobertas, indicam que a Amazônia deverá ocupar posição de destaque na produção de alguns bens minerais, tais como minério de ferro, alumínio, cobre, ouro, manganês, caulim e estanho (SANTOS, 2002).

As jazidas não ocorrem de forma aleatória, estando normalmente associadas a rochas ou a sequências de rochas que, durante a sua formação ou evolução, apresentaram condições físico-químicas favoráveis para a concentração e retenção do elemento de interesse econômico. O potencial mineral da Amazônia passa pelo conhecimento de seus ambientes geológicos. A geodiversidade amazônica pode ser simplificada em uma sequência: terras altas - terras baixas - terras altas, no eixo norte-sul da região. A bacia sedimentar amazônica, terra baixa por onde corre o rio Amazonas, é ladeada, ao norte, pelo Escudo da Guiana e, ao sul, pelo Escudo Brasileiro, terras altas. Estas cadeias montanhosas são constituídas por terrenos

---

<sup>10</sup> Canadá, Austrália, África do Sul, Chile, Peru e China.

cristalinos antigos, chamados cratônicos<sup>11</sup>, de idade pré-cambriana, que correspondem às terras altas da Amazônia (MARINI, 2007; SANTOS, 2002).

No mundo, a maioria dos depósitos minerais metálicos de interesse está situada em terrenos pré-cambrianos, pertencentes ao mais longo período de formação da crosta terrestre, do início da solidificação do planeta até cerca de quinhentos milhões de anos atrás; 45% da Amazônia é de terreno pré-cambriano (MARINI, 2007).

### *2.1.3.1 A província mineral de Carajás*

Entre as áreas pré-cambrianas da Amazônia, destaca-se a província mineral de Carajás. Sua evolução foi beneficiada por uma série de eventos geológicos, todos bastante favoráveis à formação de depósitos minerais, como tectonismo, vulcanismo, plutonismo, intemperismo e erosão, ocorridos numa área relativamente limitada, da ordem de quarenta mil quilômetros quadrados, que deram origem a um conjunto expressivo de depósitos minerais. A geologia de Carajás possui características próprias, não reproduzidas em outras províncias minerais do planeta, que a tornam uma das mais ricas regiões minerais do mundo (SANTOS, 2002).

Sua descoberta ocorreu há algumas décadas, mas sua exploração foi iniciada apenas em meados dos anos oitenta. Segundo geólogos, o que de lá se extraiu até agora, considerando uma produção de cerca de sessenta milhões de toneladas/ano de minério de ferro, apenas “arranha a superfície” das suas reservas, estimadas em dezoito bilhões de toneladas de minério, com alto teor de concentração, cerca de 60%, a maior já localizada no

---

<sup>11</sup> Cratônico deriva de crátons ou cratões, que são porções bastante antigas da crosta terrestre, que tenham se mantido relativamente estáveis por no mínimo 500 milhões de anos, fato que as caracteriza como terrenos pré-cambrianos.

planeta. Ainda há muito a ser descoberto e explorado em Carajás. As reservas já identificadas estão avaliadas em centenas de bilhões de dólares (FERREIRA, 2004).

A Companhia Vale, antiga estatal federal, privatizada no passado recente, explora as jazidas de Carajás, tendo ampliado a capacidade de produção anual para cerca de sessenta milhões de toneladas. A quase totalidade do minério dali extraído é destinada ao mercado externo (SANTOS, 2002).

Examinemos a situação particular dos minérios mais importantes encontrados na região amazônica.

O Brasil detém 9,8% das reservas mundiais de minério de **ferro**, sendo que o teor médio de concentração do minério brasileiro é 56,1%, chegando a mais de 70% em alguns sítios da província de Carajás-PA (BRASIL, 2010).

O país responde por 18,8% da produção mundial deste minério, sendo 26% da produção brasileira oriunda da região amazônica, especificamente do Estado do Pará (BRASIL, 2010).

A região tem em Carajás jazidas de importância mundial, pelo grande porte e pelos altos teores de concentração do minério. Estas jazidas são exploradas pela Companhia Vale, com amplo horizonte de produção crescente (VEIGA, 1999).

Existem, na região amazônica, outras jazidas de menor expressão econômica, ainda sem aproveitamento em Jatapu (AM), Vila Nova (AP) e Ipitinga (PA) (VEIGA, 1999).

O Brasil possui 2,1% das reservas mundiais de **ouro** e responde por cerca de 2% da produção mundial do minério, dentre os quais a região amazônica contribui com aproximadamente 50% (BRASIL, 2010).

As principais jazidas estão localizadas nas terras altas e concentradas nas seguintes províncias: Tapajós (PA); entorno de Carajás e sul do Pará; Parauari (AM/PA); Alta

Floresta e Peixoto de Azevedo (MT); rio Madeira (RO); noroeste e sudoeste de Roraima; Lourenço e Tartarugal (AP); Gurupi (PA/MA); centro e sul do Tocantins; Cabeça do Cachorro (AM), Tumucumaque (PA/AP), Almas (TO) e em São Francisco (MT) (VEIGA, 1999).

O Brasil responde por 10,6% das reservas mundiais de **bauxita**, das quais 95% se encontram no Estado do Pará. O país é o terceiro maior produtor mundial do minério, respondendo por 12,7% de toda a bauxita, e 13% de todo o alumínio produzido no mundo (BRASIL, 2010).

A região amazônica contém jazidas de bauxita de importância mundial. As principais estão localizadas no Estado do Pará, nos municípios de Trombetas, Almerim e Paragominas. Esses municípios são responsáveis pelo terceiro maior potencial em bauxita do mundo, superados apenas pelos da Austrália e da Guiné. As jazidas exploradas possuem longo horizonte de produção crescente, especialmente para a bauxita metalúrgica. Ainda há jazidas de bauxita metalúrgica por serem exploradas na região amazônica (VEIGA, 1999).

Ao país pertencem 11% das reservas mundiais de **cassiterita**, a quinta maior reserva do planeta. O país é o sexto maior produtor mundial, respondendo por 3,78% da produção. As reservas brasileiras deste minério estão localizadas na região amazônica (BRASIL, 2010).

Há outras jazidas de volume e importância mundial, sendo exploradas em Pitinga (AM) e em Bom Futuro (RO) (VEIGA, 1999).

O Brasil possui cerca de 10% das reservas mundiais de **manganês**. Recentemente o país deixou de ser o maior produtor mundial do minério, perdendo esta posição para a África do Sul, contribuindo, mesmo assim, com expressivos 16,6% da produção mundial. As

jazidas exploradas pela companhia Vale na região amazônica contêm a maior parte das reservas e também respondem pela maior parte da produção brasileira (BRASIL, 2010).

A jazida da mina do Azul, na província mineral de Carajás (PA), que possui grandes volumes de minério de alto teor de concentração, é explorada pela companhia Vale, com longo horizonte de produção crescente (VEIGA, 1999).

Em que pese haver abundância de **caulim** no mundo, o país é responsável por 7% da produção mundial, estando 97% das reservas brasileiras concentradas na região amazônica (BRASIL, 2010).

Há previsões de que, em breve, a Amazônia, em particular a região do Capim (PA), venha a se transformar no principal centro mundial de produção de caulim do tipo *coating* (BRASIL, 2010; SANTOS, 2002).

O Brasil detém 7% das reservas mundiais **níquel** dentre as quais 33% se encontram no Estado do Pará. O país responde por 3,44% da produção mundial (BRASIL, 2010).

O país possui 1,5% das reservas mundiais de **cobre**, das quais 84% estão localizadas no Estado do Pará. A produção brasileira corresponde a 1,3 da produção mundial, sendo 58% originadas na Amazônia (BRASIL, 2010).

Pesquisadores e técnicos das empresas que atuam em Carajás, afirmam que a província de Carajás apresenta um considerável potencial, podendo vir a ser um importante polo de produção de cobre no século XXI, cujos volumes só serão superado pelos dos Andes chilenos (MARINI, 2007).

Há projetos em estágio avançado de pesquisa para a produção industrial de novos bens minerais na Amazônia, com destaque para cobre e ouro, especificamente na região da província mineral de Carajás (MARINI, 2007).

Em Pitinga (AM), há reservas polimetálicas, nas quais o minério primário é o **estanho**, cujo aproveitamento depende da superação de obstáculos tecnológicos e econômicos. Além do estanho, há possibilidade de produção de nióbio, tântalo, criolita e zirconita, e, eventualmente, de terras raras<sup>12</sup> (SANTOS, 2002).

O Serviço Geológico do Brasil, antiga Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), realiza levantamento para avaliar o aproveitamento do **nióbio** encontrado na província Seis Lagos (AM), na região da “cabeça do cachorro”, em área hoje situada em unidade de conservação ambiental, que carece de um melhor conhecimento do volume de depósito, além do equacionamento do uso industrial do minério ali existente. O nióbio tem sua importância ligada à produção de ligas metálicas com grande resistência à corrosão, cuja utilização principal tem sido na indústria de exploração e exploração de petróleo. Em que pese o Brasil deter 98% das reservas mundiais do mineral e ser o maior produtor, respondendo por 96,6% de toda a produção, as reservas responsáveis por tal hegemonia estão localizadas fora da região amazônica. As recentes descobertas colocarão a região neste contexto e elevarão ainda mais a posição do país nas reservas e produção deste minério cuja importância é crescente na indústria mundial (MARINI, 2007).

Fruto das mais recentes pesquisas sobre o subsolo da Amazônia, podemos ainda apontar as seguintes possibilidades:

Nas terras altas destacam-se, além daquelas anteriormente citadas, o **níquel** na região dos rios Araguaia e Xingu, e em Carajás; o **molibdênio** na serra do Mel (RR) e em

---

<sup>12</sup> As *terras raras* ou *metais de terras raras* são um grupo de 17 elementos químicos, dos quais 15 pertencem, na tabela periódica dos elementos, ao grupo dos lantanídeos, aos quais se juntam o escândio e o ítrio, minérios que apresentam propriedade físico-químicas semelhantes. Os *metais de terras raras* estão incorporados em aplicações como os supercondutores, magnetos miniaturizados, catalisadores utilizados em refinação de produtos diversos e componentes para carros híbridos. Ions de *terras raras* são utilizados como os átomos ativos em materiais luminescentes usados em aplicações de optoeletrônica, com destaque para o laser. Foram também extensivamente utilizados em tubos de raios catódicos para televisores e monitores.

Carajás; **minerais radioativos** em Pitinga (AM), Surucucus (RR), Xambioá (TO) e rio Xingu (PA) (MARINI, 2007).

Esta variedade de minerais, em volumes de importância mundial, com altas concentrações de minério, aliadas ao ainda grande desconhecimento do seu subsolo, fazem da região amazônica uma das, se não a mais importante, estância mineral do mundo, e, talvez, a única, excluída a Antártica, onde ainda há grande potencial para descobertas de porte.

Porém, os abundantes recursos minerais da Amazônia somente poderão dar maior contribuição ao desenvolvimento regional e nacional quando o processo de industrialização do país permitir a elaboração de produtos finais com maior grau de valor agregado, contribuindo, assim, para a desejável mudança de nossa carteira de exportações, diminuindo a quantidade de *commodities* e aumentando a de produtos industrializados, que apresentam uma maior contribuição para o desenvolvimento econômico do país. Um exemplo desta prática está nas iniciativas de infraestrutura para o beneficiamento da bauxita que motivaram a construção da hidrelétrica de Tucuruí, a fim de atender aos complexos de produção de alumina e alumínio da Alunorte e Albras, e da Alumar, nas proximidades de Belém e São Luís, respectivamente.

#### *2.1.4 A biodiversidade amazônica*

Aqui se apresenta mais uma forte razão para a conservação da floresta tropical úmida da Amazônia brasileira, também chamada de floresta amazônica, ou hiléia<sup>13</sup>, a manutenção do ainda parcialmente conhecido patrimônio genético ali existente.

---

<sup>13</sup> O termo Hiléia se origina do grego Hylé, que significa floresta densa. Esta foi a denominação dada por Alexander von HUMBOLDT (1769-1859) para a floresta Amazônica, a maior floresta tropical úmida do planeta.



As florestas são consideradas os ecossistemas terrestres de maior diversidade biológica. Dentre os seus vários tipos, as florestas tropicais úmidas, como a amazônica, apresentam maior complexidade e maior riqueza de espécies, populações e microrganismos.

Segundo a doutora Sarita Albagli, o Brasil, em termos mundiais, é considerado o primeiro em megadiversidade, tanto em número de espécies quanto em níveis de endemismo.

Albagli acredita que a biodiversidade brasileira apresenta amplo potencial, podendo vir a tornar-se uma vantagem comparativa do país no âmbito da geopolítica global se considerarmos a ampla disponibilidade de recursos biogenéticos, a tradição de sua ciência na área biológica, além do acervo de conhecimentos tradicionais acumulados pelas populações locais, pertinentes para o acesso à natureza e às aplicações dessa biodiversidade (ALBAGLI, 2001).

A Amazônia abriga uma das últimas extensões contínuas de florestas tropicais úmidas da Terra, detendo cerca de 1/3 do estoque genético do planeta. Embora os dados disponíveis não sejam conclusivos, eles nos permitem estimar que existam na região cerca de sessenta mil espécies de plantas, 2,5 milhões de espécies de insetos e artrópodes, duas mil espécies de peixes e trezentas de mamíferos. Nesse contexto, a Amazônia, que já desfrutava da condição de área geopoliticamente estratégica, em razão de suas dimensões e de suas riquezas naturais, ganha nova projeção internacional pela possibilidade de exploração, idealmente responsável e sustentável, da biodiversidade ali existente (ALBAGLI, 2001).

A floresta amazônica constitui um verdadeiro “banco de informações” genéticas, químicas e ecológicas, representando uma promissora fonte de exploração econômica para as indústrias farmacêutica, de cosméticos e de defensivos agrícolas, entre outras. São igualmente fortes os interesses pelas formas tradicionais de exploração dos recursos naturais da Amazônia, que, muito embora sejam praticadas de forma predatória, são econômica e

comercialmente vantajosas. A atividade madeireira, ao mesmo tempo em que aparece como a atividade economicamente mais dinâmica da Amazônia, é a que apresenta maiores ameaças aos ecossistemas da região e à sua biodiversidade (ALBAGLI, 2001).

Barros e Veríssimo calculam que existam na Amazônia pelo menos 60 bilhões de metros cúbicos de madeira em tora de valor comercial, que podem chegar a R\$ 4 trilhões de madeira serrada. Caso estas projeções estejam corretas, essa atividade, ainda que danosa ao meio ambiente, poderá tornar-se a principal forma de exploração econômica da terra na Amazônia (BARROS e VERÍSSIMO, 1996).

Considerando um modelo de exploração racional e responsável empregando técnicas de manejo sustentável da floresta, estes trilhões de dólares poderão permanecer constantes, desde que a extração e o replantio estejam perfeitamente sincronizados. Portanto, a conservação da floresta, ao invés de significar apenas zelo e consciência ambiental, se constitui também numa demonstração de inteligência, competência e visão estratégica (SILVA, 2009).

O uso da biodiversidade da floresta amazônica não se limita à exploração de suas exóticas e valiosas madeiras. Há um grande número de aplicações das espécies nativas como alimento, na medicina, na indústria e na química. Segundo o almirante Gama e Silva:

[...] o século atual, além de testemunhar o ocaso da “Era dos Hidrocarbonetos”, [...] assistirá, também, ao despertar da “Idade da Biotecnologia”, pois um dos seus principais recursos serão genes – genes para o aumento da produção de alimentos, genes para o aperfeiçoamento dos medicamentos, genes para a cura de certas doenças e genes, até, para a produção de energia. A importância da Amazônia, então, crescerá ainda mais, pois nela se encontram quase todos os genes. (SILVA, 2009, p. 108)

A parcialmente conhecida diversidade do bioma Amazônia detém enorme potencial para a descoberta e produção de produtos farmacológicos e químicos. A cura para muitas doenças pode advir das contínuas pesquisas sobre o vasto material ali presente.

Laboratórios internacionais têm obtido patentes de produtos desenvolvidos a partir de espécies naturais da hiléia amazônica, sendo os casos do cupuaçu, do açaí e do urucum emblemáticos. A biopirataria é uma ameaça real e constante, muito difícil de ser combatida (VIDIGAL, 2009).

É lícito concluirmos que quanto maior a variedade de espécies, maior a possibilidade de obtenção de lucro a partir da exploração dos recursos naturais. Como a floresta amazônica é detentora do maior número de espécies do mundo, é plausível afirmar que a Amazônia, pela sua biodiversidade, representa um potencial econômico para o Brasil e para o mundo.

A Amazônia precisa ser mais bem conhecida em toda sua complexidade física e biológica para que a utilização de seus recursos realmente possa significar desenvolvimento econômico e social para os amazônidas, para a população brasileira, e para a própria humanidade.

## 2.2 A cobiça internacional

Toda essa riqueza natural desperta a cobiça e provoca manifestações ameaçadoras à soberania brasileira sobre a região. Vejamos alguns exemplos destas manifestações<sup>14</sup>.

Em 1850, o comandante Matthew Maury, Chefe do Observatório Naval de Washington (EUA), defendeu a livre navegação internacional no rio Amazonas, considerando que o rio deveria ser incorporado ao *status* do Direito Marítimo.

---

<sup>14</sup> Citações feitas pelo General de Exército Luiz Gonzaga Schroeder Lessa em seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Fundação Nacional do Índio, disponível em: [http://www.sfiiec.org.br/palestras/amazonia/o\\_exercito\\_brasileiro.htm#acobica](http://www.sfiiec.org.br/palestras/amazonia/o_exercito_brasileiro.htm#acobica), e também pelo General de Brigada Luiz Eduardo Rocha Paiva, no ensaio “Amazônia: Vulnerabilidade – Cobiça – Ameaça”, disponível em: [http://www.eceme.ensino.eb.br/portaicee/arquivos/amazonia\\_gen\\_rocha\\_paiva\\_espaco\\_1\\_5.pdf](http://www.eceme.ensino.eb.br/portaicee/arquivos/amazonia_gen_rocha_paiva_espaco_1_5.pdf), bem como no artigo publicado na Revista Âmbito Jurídico, sob o título “O interesse universal na Amazônia e na Patagônia”, disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/2812.pdf>

Em 1902, em Berlim, o então chanceler alemão, Barão Oswald Richtöfen, propôs que “seria conveniente que o Brasil não privasse o mundo das riquezas naturais da Amazônia”.

Em 1989, Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA disse: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”.

No mesmo ano, o ex-presidente da França, François Mitterrand, criador da “doutrina da soberania relativa” e da “doutrina do direito de ingerência”, que estabelecem estranhas reflexões que se aplicam, como uma luva, à Amazônia, declarou: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”.

Em 1990, em um Congresso de Ecologistas Alemães, foi acordado que a “Amazônia deve ser intocável, pois se constitui num banco de reservas florestais da humanidade”.

Em 1992, o Conselho Mundial de Igrejas Cristãs expressou, nas diretrizes para seus missionários na Amazônia, que: “A Amazônia total, cuja maior área fica no Brasil, mas que também compreende os territórios da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, é considerada por nós como um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa riqueza pelos países mencionados é meramente circunstancial.”

Em 1994, Henry Kissinger, ex-secretário de Estado norte-americano declarou: “Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis do planeta. Terão que montar um sistema de pressões e constrangimentos garantidores da consecução de seus intentos”. Apesar de a declaração ter sido elaborada dentro do contexto da geopolítica do petróleo, atrelada ao Oriente Médio, podemos facilmente extrapolá-la para as riquezas da Amazônia.

Em 1998, Patrick Hugles, Chefe do Órgão Central de Informações das Forças Armadas dos EUA, em palestra realizada no Instituto de Tecnologia Massachusetts (MIT) disse: “caso o Brasil resolva fazer um uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente nos EUA, temos de estar prontos para interromper esse processo imediatamente”.

Em 2005, Pascal Lamy, diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, manifestou que: “A Amazônia e as outras florestas tropicais do planeta deveriam ser consideradas bens públicos mundiais e submetidas à gestão coletiva – ou seja, gestão da comunidade internacional”.

Paul Wolfowitz, um dos responsáveis pela política externa do Governo Bush, a “Doutrina Bush”, e ex-presidente do Banco Mundial, formulou o seguinte pensamento: “É consideração prioritária de qualquer estratégia de defesa, que se impeça, de qualquer maneira, o surgimento de uma potência em região cujos recursos naturais sejam suficientes para alçá-la ao patamar dos Estados Unidos da América”.

Mikhail Gorbachov, ex-presidente da URSS e da Rússia declarou: “O Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos Organismos Internacionais Competentes”.

Margaret Thatcher, a “Dama de Ferro” inglesa, também advogando a internacionalização da área disse: “se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas”.

É uma extensa lista de importantes autoridades e instituições internacionais, todas se declarando, em diferentes abordagens, a favor da internacionalização da região amazônica, caracterizando, assim, o interesse estrangeiro, particularmente das grandes potências, naquela rica região do Brasil.

As razões para tal cobiça estão identificadas. Água doce em abundância, capacidade energética invejável, riquezas minerais em volume e concentrações raras e, uma biodiversidade que pode esconder a solução para muitas das equações hoje abertas. Porém todas estas riquezas apresentam problemas a elas correlacionados que, se não forem devidamente equacionados, configurarão pretextos para um intervencionismo na região. O principal deles é, sem dúvida, a questão ambiental.

O país sofre grande pressão, interna e externa, para controlar o desmatamento da Amazônia. As queimadas são objeto de noticiários no mundo inteiro, associando-as ao aquecimento global. Entidades ambientalistas sediadas em países que no passado destruíram suas florestas protestam exigindo que o Governo brasileiro atue para controlá-las. A questão ambiental também está ligada à exploração de minério e à poluição dos rios, constituindo novamente motivações para pressões tanto exógenas como endógenas.

O estabelecimento de políticas públicas, racionais e inteligentes, que permitam a exploração das riquezas da região, considerando a inclusão dos povos indígenas, com absoluto respeito a regras e critérios ambientais autênticos e autóctones, parte de um projeto desenvolvimentista de âmbito nacional, que privilegie a região e o povo da Amazônia, fortalecerá nossa soberania e interesses na região, mitigando as pressões e moderando a cobiça internacional.

### 3 A RELEVÂNCIA DO BRASIL NO SISTEMA INTERNACIONAL

Temos, portanto, que enfrentar o desafio de ser grande, fruto do papel, cada vez mais atuante, que estamos desempenhando no cenário internacional [...]

Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto,  
Comandante da Marinha do Brasil

Podemos dizer que a relevância de um país no sistema internacional, o aumento ou diminuição de sua influência, pode ser avaliada sob três perspectivas diferentes, a econômica, a política e a estratégico-militar, muito embora atuem conjugadamente e, portanto muitas vezes consideradas indissociáveis, pela dificuldade de se estabelecer as fronteiras das suas atuações. A importância e a capacidade de influir em organismos mundiais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Conselho de Segurança das Nações Unidas, e outros foros mundiais também permite aferir a sua relevância no concerto das nações (MIYAMOTO, 1991).

#### 3.1 Breve retrospectiva da história recente da economia brasileira

A crise econômica e política que se manifestou nos anos 30 abriu espaço para a ascensão de uma nova proposta de desenvolvimento, baseada no fortalecimento do processo de industrialização, que encontrou no Estado respaldo para sua transformação em um projeto nacional de desenvolvimento.

A partir do primeiro governo de Getúlio Vargas o país experimentou o que se convencionou chamar *desenvolvimentismo*<sup>15</sup>, uma política econômica que prevaleceu por

---

<sup>15</sup> Desenvolvimentismo é a política econômica baseada em metas de crescimento da produção industrial e de investimentos em infraestrutura, com participação ativa do Estado, como base da economia por propiciar aumento da renda e, conseqüentemente do consumo.

muitos anos, sobrevivendo à Segunda Guerra Mundial, ao segundo governo Vargas, à gestão de Juscelino Kubistchek, chegando até ao regime militar.

Neste período o Brasil desenvolveu fortemente sua infraestrutura e experimentou elevadas taxas de crescimento econômico. Porém, os governos não foram tão eficientes nos cuidados com a saúde financeira do país, que viu o desequilíbrio das contas públicas resultarem num endividamento crescente, desencadeando uma onda inflacionária sem precedentes.

O regime militar trouxe um novo ciclo de crescimento, conhecido como o *milagre econômico*, marcado por pesados investimentos do Estado em obras de infraestrutura de grande porte e expressivo crescimento das indústrias, gerando grande número de empregos e consequentemente aumentando o poder de compra de grande parcela da população.

O avanço do processo de industrialização do Brasil apresentou resultados em curto período de tempo, pois assegurou não somente elevadas taxas de crescimento econômico até os anos 70, como promoveu alterações no parque industrial com a ascensão de indústrias tecnologicamente avançadas (IPEADATA, 2010).

Dois fatos caracterizaram a economia brasileira na década de 70. O primeiro, foram os elevados índices de crescimento experimentados pelo país. O segundo, os choques provocados pela alta do preço do petróleo, o primeiro em 1973, que puseram um ponto final a um longo período de crescimento, iniciado no pós-guerra.

O final da década de 70 representou um marco para a economia brasileira, pois foi quando ocorreu o fim do modelo desenvolvimentista, que tinha como um dos seus motes a necessidade de substituição das importações (ANJOS, 2002).

Os sucessivos desequilíbrios enfrentados nos anos 80 e suas consequências na produção nacional e na disponibilidade de emprego significaram uma importante alteração na tendência da economia brasileira. A crise da dívida externa, provocada pela elevação dos



juros internacionais, aumentou o desequilíbrio nas contas externas, então debilitadas pela segunda grande elevação do preço do barril do petróleo ao final dos anos 70, *commodity* da qual o país era severamente dependente. O agravamento da situação financeira levou o governo brasileiro a recorrer ao FMI visando a obter recursos e o aval da instituição para um programa de ajuste da economia, conseguindo, assim, renegociar os débitos com os credores internacionais e obter novas linhas de créditos (ANJOS, 2002).

O acordo com o FMI para o biênio 83-84 impôs drásticas medidas de ajuste interno e externo. As metas na área fiscal e nas contas externas resultaram em redução da demanda interna com os impactos sociais associados ao aumento do desemprego, à queda dos salários e ao aumento da inflação. O país enfrentou recessão, hiperinflação, arrocho salarial, endividamento externo crescente e taxas de crescimento negativas ou próximas de zero.

Ao longo da década de 80, que ficou conhecida como a *década perdida*<sup>16</sup>, os Governos engendraram seguidos planos de estabilização econômica. Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, alteraram a economia, inclusive a moeda, mas não obtiveram sucesso no controle da inflação e no equilíbrio das contas públicas.

O último destes planos econômicos, já no governo Itamar Franco, foi o Plano Real, implantado em 1994, pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O sucesso deste plano no controle da inflação, na estabilização da economia e na melhoria da renda para as classes mais pobres, contribuiu para a condução do ministro à Presidência da República.

---

<sup>16</sup> A década perdida é uma referência à estagnação econômica vivida pela América Latina durante a década de 1980, quando se verificou uma forte retração da produção industrial e um menor crescimento da economia como um todo. Para a maioria dos países, a década de 80 remete a crises econômicas, volatilidade de mercados, problemas de solvência externa e baixo crescimento do PIB ou, no caso do Brasil, queda. Houve desemprego, estagnação da economia, índices de inflação elevados, perda do poder de consumo da população, aumento da dívida externa e consequente déficit fiscal.

Podemos afirmar que o Plano Real foi o marco inicial de um novo período de crescimento da economia do país.

O primeiro governo Fernando Henrique Cardoso foi marcado por medidas de manutenção da estabilidade monetária e de redistribuição de renda, mas a insistência no regime cambial fixo valorizado propiciou ataques especulativos ao Real que geraram prejuízos e levaram à adoção de regime de câmbio flutuante. O Governo implementou políticas redistributivas como Bolsa Escola e Bolsa Alimentação que, apesar de terem ajudado a reduzir a concentração de renda, não obtiveram resultados tão eficazes quanto o controle inflacionário.

A política econômica do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, baseada no câmbio flutuante e numa política monetária austera que objetivava primariamente o controle da inflação, foi mantida no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O continuísmo da política econômica e a elevação dos gastos públicos, contrabalançada pelo aumento da arrecadação, aliado à unificação dos programas redistributivos, sob o nome de Bolsa Família, foram as principais características do primeiro governo Lula.

### *3.2 O crescimento da economia brasileira*

Enquanto o Brasil conseguiu crescer em média 6% ao ano entre as décadas de 30 e 70, triplicando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) mundial, entre 1981 e 2006, a economia brasileira perdeu muito de seu dinamismo, expandindo-se apenas 2,1% ao ano, em média.

Entretanto, o desempenho dos governos Lula melhorou as expectativas internacionais em relação à economia do Brasil, especialmente numa visão de longo prazo. Estes desempenhos podem ser traduzidos em números.

Vejamos a evolução do PIB brasileiro. Em 2005, ele cresceu apenas 3,2%. Em 2006, o crescimento foi de 4,0 %. Já em 2007, o índice chegou próximo de 5,7 %. Em 2008, mesmo com a crise mundial, agravada no 4º trimestre, o Brasil cresceu 5,1%. Em 2009, sob os reflexos da recessão mundial, o PIB cresceu apenas 0,2%. As previsões para 2010 são alvissareiras e indicam um crescimento superior a 7% (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2010).

Segundo dados do FMI, o PIB *per capita* do Brasil em 2008, pelo critério de paridade de poder de compra, alcançou o valor de US\$ 10.325, valor expressivo se comparado ao da China, US\$ 6.500 e ao da Índia, US\$ 3.000, para o mesmo período (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2010).

O contraponto ao crescimento do PIB brasileiro vem da sua menor participação no PIB mundial uma vez que, mesmo considerando as mais recentes projeções do FMI que preveem um crescimento do PIB do país na casa dos 7%, em 2010, a participação brasileira no PIB do globo cairá de 2,92%, em 2009, para 2,90%, ao final de 2010. A média de crescimento do PIB brasileiro, no período de 2003 a 2009 foi de 3,6%, o que demonstra que o país vem perdendo terreno neste quesito, uma vez que a média mundial foi de 3,7% (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2010).

A dívida externa brasileira sempre foi um dos “fantasmas” que assombravam nossa economia. A partir do início da década de 90 testemunhou-se uma redução gradual da dívida como percentual do PIB. A partir de 2003, a relação da dívida externa comparada ao PIB vem decaindo continuamente, atingindo valores percentuais negativos desde 2006 (IPEADATA, 2010).

O ano de 2003 marcou a volta do interesse internacional pelos títulos da dívida externa brasileira. O EMBI+ Brasil<sup>17</sup>, calculado pelo banco JP Morgan Chase, também conhecido como “Risco Brasil” caiu consideravelmente, encerrando 2005 com 303 pontos e 2006 com apenas 193 pontos, recorde de baixa batido em dezembro. Em maio de 2007, já girava na faixa de 150 pontos, abaixo da média dos países emergentes. O indicador funciona como um termômetro da confiança depositada pelos investidores estrangeiros na economia de um determinado país.

Colaborou para este aumento de confiança o fato de, em setembro de 2005, o Brasil ter adquirido no mercado internacional os títulos *C-Bond*<sup>18</sup> remanescentes. Em seguida, executou um lançamento internacional histórico de títulos em Reais, o que melhorou a imagem de solidez do País.

Em abril de 2006, foi anunciado o resgate antecipado de todo o estoque de títulos *Bradies*<sup>19</sup> em poder do mercado, avaliados em US\$ 6,64 bilhões. Assim, foram eliminados todos os títulos associados à reestruturação da dívida externa ocorrida em 1994.

Em 2005, a dívida externa brasileira caiu para US\$ 183,2 bilhões. A relação entre dívida externa e PIB que, no fim de dezembro de 2002, estava em 46%, fechou 2005, quando o PIB foi de US\$ 884 bilhões, em 20,7%, o menor valor percentual desde 1975, quando essa relação estava em torno de 25% (IBGE, 2010a).

---

<sup>17</sup> O Emerging Markets Bond Index – Brasil, EMBI+Brasil, é um índice que reflete o comportamento dos títulos da dívida externa brasileira. Corresponde à média ponderada dos prêmios pagos por esses títulos em relação a papéis de prazo equivalente do Tesouro dos Estados Unidos, tido como o país mais solvente do mundo, de risco praticamente nulo.

<sup>18</sup> Os *C-Bond* ou *Capitalization Bond* são os mais líquidos títulos da dívida externa brasileira. Eles têm vencimento em 2014, e desde 2004 pagam amortizações semestrais. O governo brasileiro vem trocando esses títulos por outros, de vencimento mais longo.

<sup>19</sup> *Bradies* são títulos da dívida externa brasileira derivados do Plano Brady, nome dado ao plano de reestruturação da dívida externa de alguns países, que foi lançado no final dos anos 80, ao qual o Brasil aderiu em 1994. O nome do plano tem sua origem no nome do secretário do tesouro norte-americano, Nicholas F. Brady.

Em abril de 2008 a agência americana de classificação de risco Standard & Poor's concedeu o *investment grade* ao Brasil, que assim passou a ser considerado um país seguro pelos investidores internacionais. Segundo Lisa Schineller<sup>20</sup> (2008), analista da Standard & Poor's, "este aumento leva em conta a maturidade das instituições e do quadro político do Brasil, evidenciado pela redução do déficit orçamentário e da dívida externa, assim como as melhores perspectivas de crescimento".

Em setembro de 2009, depois das agências Fitch e Standard & Poor's, a agência Moody's concedeu o *investment grade* ao Brasil, colocando o país no grupo de países considerados seguros para investimentos segundo as três mais importantes agências do mundo.

Este fato, inédito na história do país, comprova a nova posição que a economia brasileira conquistou no cenário internacional. As agências de classificação de riscos são extremamente criteriosas na análise das economias dos países, considerando todos os aspectos que possam, do ponto de vista da viabilidade e segurança, vir a influenciar o risco de investimentos naquela economia. A conquista do *investment grade* tem especial importância por expressar o resultado de uma verdadeira auditoria nas contas nacionais, que tem seus resultados julgados pelas avaliações que as agências produzem, sendo o *investment grade* uma classificação bastante almejada, função da atratividade de investimentos estrangeiros que a classificação confere às economias que o recebem.

As reservas monetárias internacionais também experimentam um momento único na história do país. A partir do governo Itamar Franco o país iniciou um movimento de capitalização observando-se um importante crescimento das reservas internacionais até 1996, a partir de quando, fruto dos ataques especulativos sofridos por nossa economia, viu-se as reservas esvaírem-se com as medidas de contenção da especulação. Foi só a partir de 2000,

---

<sup>20</sup> <http://afp.google.com/article/ALeqM5jRRmHK6rNLMq08HGbaYooYot9H7A>

quando as reservas voltaram ao mesmo patamar de 1993, que se observa a retomada do crescimento das reservas internacionais, inicialmente de forma tímida e titubeante até 2006, mas vigorosa e exponencial a partir daí. As reservas que finalizaram 2006 no patamar de 85 bilhões de dólares americanos, atingiram ao final de 2009 a cifra de US\$ 239 bilhões (IPEADATA, 2010).

O país entrou 2006 sem qualquer dívida com o FMI e, já em 2007, possuía a sétima maior reserva internacional mundial. Em 21 de fevereiro de 2008, data histórica para a economia brasileira, foi noticiado que os ativos do Brasil aplicados no exterior superavam a dívida externa pela primeira vez em toda a sua história. O Brasil, um contumaz devedor, tornara-se credor com um saldo de US\$ 4,3 bilhões. Em novembro de 2009 ocorre um fato importante: o país, outrora um frequente tomador de empréstimos junto ao FMI, passa a ter poder de veto no Fundo. Assim todos os países do BRIC passaram a ter o mesmo peso dos países mais ricos nas reuniões do FMI (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2010).

Recentemente, o Brasil manifestou sua intenção de participar dos Novos Mecanismos de Empréstimo (New Arrangements to Borrow - NAB)<sup>21</sup>, com uma contribuição inicial de 14 bilhões de dólares americanos, invertendo a lógica da história recente, passando a contribuir para a disponibilidade financeira do FMI, agora na condição de credor.

O crescimento da economia brasileira tem atraído a atenção do mundo. Em 2001 o grupo Goldman Sachs divulgou um relatório de acompanhamento das economias mundiais, que alertava para um grupo de economias emergentes que denominou BRIC<sup>22</sup>. Desde então

---

<sup>21</sup> O NAB é um conjunto de reservas cujo objetivo é reforçar a capacidade financeira do FMI e complementar as quotas, principal instrumento pelo qual o Fundo financia as suas atividades.

<sup>22</sup> BRIC é uma sigla que se refere a Brasil, Rússia, Índia e China, países em desenvolvimento que se destacam no cenário mundial pelo rápido crescimento das suas economias. O termo foi criado e usado pelo economista Jim O'Neill, do grupo financeiro Goldman Sachs, em 2001, quando argumentou que, uma vez que estão em rápido desenvolvimento, em 2050, o conjunto das economias dos BRIC pode ameaçar a liderança das economias dos países mais ricos do mundo atual. Os quatro países, em conjunto, representam atualmente mais de um quarto da área terrestre do planeta e mais de 40% da população mundial.

aumenta a cada dia o número de estudos sobre o papel que os BRIC desempenharão no futuro da economia mundial, e particularmente a participação brasileira como um *global player*.

Ao criar o acrônimo BRIC, Jim O’Neill argumentava que o rápido desenvolvimento das economias do Brasil, Rússia, Índia e China levaria este bloco a ameaçar a liderança das economias dos países mais ricos do mundo atual em 2050. Desde então, a agência Goldman Sachs passou a editar o periódico *BRICs Monthly*, que por sua simples existência, nos permite aferir a importância e seriedade com que o bloco vem sendo acompanhado. Em sua última edição<sup>23</sup>, lançada em maio de 2010, o periódico traz como título a pergunta “Is this the ‘BRICs decade’?”<sup>24</sup>. Seu prólogo afirma que a última década assistiu aos BRICs deixarem suas impressões digitais na cena econômica global. O prólogo continua dizendo que, nos últimos dez anos, o bloco foi responsável por mais que um terço do crescimento do PIB mundial e aumentou sua participação na economia mundial dos anteriores um sexto para um quarto. Finaliza antevendo que na década que se inicia espera-se não apenas a continuidade desta tendência, mas sua acentuação (GOLDMAN, 2010).

Dentro dos BRICs, o Brasil responde pelo segundo maior PIB nominal, perdendo apenas para a China; o segundo maior PIB *per capita*, perdendo apenas para a Rússia; possui a terceira maior população, ficando à frente da Rússia; e o terceiro maior território e balança comercial, ambos à frente da Índia.

Como vimos, os indicadores são favoráveis ao Brasil e apontam para um crescimento sustentável de sua economia no século XXI. É certo que, tendo “feito o dever de casa”, adotando medidas de controle e estabilização da economia e intensificando as políticas redistributivas, o país pode aproveitar o atual cenário internacional, que se apresenta como um

---

<sup>23</sup> *BRICs Monthly*, nº 10/03, maio 20, 2010, “Is this the ‘BRICs decade’?”. Disponível em: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/brics-decade-doc.pdf>

<sup>24</sup> Seria esta a década dos BRICs? Tradução livre nossa.

aliado da recuperação econômica brasileira e de sua permanência num ciclo de crescimento sustentado.

### 3.3 O bônus demográfico

Vários fatores influenciarão a continuidade do crescimento econômico do país. Além das matérias-primas abundantes, há pelo menos mais um fator que se pode afirmar será favorável ao continuado crescimento, que é a sua estrutura demográfica do Brasil.

Entre as décadas de 50 e 80 a população brasileira cresceu a taxas anuais de 2,8%. Nesse período, o Brasil deixou de ser um país de economia predominantemente embasada na agricultura, passando a um modelo ainda forte em agricultura, mas com crescente participação das indústrias no seu PIB. A industrialização aumentou a renda *per capita* em mais do que 4%. Esse período, que ficou marcado pela urbanização, monetarização e industrialização do país, lançou as bases para a transição demográfica, pois apresentou redução nas taxas de mortalidade e natalidade. A combinação destas duas alterações, da maneira como ocorreu, provocou um crescimento populacional acelerado. O crescimento demográfico desses trinta anos foi o maior da história do país. Segundo dados da ONU<sup>25</sup> e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003 do IBGE, entre 2000 e 2030 a média de crescimento populacional estimada será de 0,7% e as taxas de fecundidade continuarão caindo, já tendo alcançado o nível de reposição<sup>26</sup> em 2003, conseqüentemente desacelerando o ritmo do crescimento da população brasileira desde então (ALVES, 2004).

A transição demográfica, que se caracteriza pela redução das taxas de natalidade e mortalidade, altera a estrutura etária da população, reduzindo, num primeiro momento, a quantidade de crianças e aumentando a de adultos, por ter aquela taxa diminuído primeiro que

---

<sup>25</sup> <http://esa.un.org/unpp/p2k0data.asp>

<sup>26</sup> Taxa de reposição é aquela que mantida no longo prazo, mantém a população em números estacionários. Para o Brasil, esta taxa é calculada em 2,1 filhos por mulher.



a outra. No momento seguinte a estrutura ganha um maior peso de idosos, consequência da redução da taxa de mortalidade. Então, na primeira fase, o aumento do número de adultos altera favoravelmente a estrutura etária, pois aumenta o número de indivíduos em idade produtiva, diminuindo a taxa de dependência, que considera como dependentes os indivíduos com idades abaixo de 14 anos e acima de 65 anos (ALVES, 2004).

O número de indivíduos em idade produtiva, com idades entre 15 e 64, vem crescendo desde a década de 70 e, segundo as estimativas da ONU, atingirá seu ápice na década de 2020, quando responderão por pouco mais de 70% da população brasileira, iniciando a redução a partir do início da década de 2030 (IBGE, 2010a).

A transição demográfica que, segundo o professor José Eustáquio Diniz Alves, demora séculos para ocorrer e, normalmente, só ocorre uma única vez para cada população, para o Brasil se apresenta como uma janela de oportunidade nos primeiros trinta anos do século XXI, pois favorece o crescimento econômico, por disponibilizar uma maior força de trabalho, decorrente da alteração na estrutura etária da nossa população. Para tirar proveito desta oportunidade única é necessário que o país seja capaz de absorver toda a mão de obra que estará disponível, caso contrário a oportunidade de desenvolvimento se transformará em graves problemas sociais. A nova estrutura demográfica propiciará, também, o aumento da poupança e dos investimentos internos, transformando-se em mais um fator tributário ao crescimento sustentável (ALVES, 2004).

De acordo com o professor Eduardo Rios-Neto, o bônus demográfico, também chamado de dividendo, ou de janela de oportunidades, só pode ser aproveitado se as políticas governamentais, tanto sociais quanto econômicas, criarem mecanismos e ambiência para o aproveitamento desta oportunidade única na vida do país (RIOS-NETO, 2005).

Ao vivenciarmos o final da primeira década do século XXI, analisando os diversos indicadores macroeconômicos do Brasil, temos um quadro bastante positivo, que

aponta para um futuro promissor. O papel dos Governos tem sido fundamental na manutenção da estabilidade da economia, investimento em infraestrutura e na geração de empregos e inclusão social, de forma a manter o país no ciclo virtuoso em que se encontra. Caberá aos futuros dirigentes da nação continuar conduzindo a economia de forma responsável e com visão estratégica bem definida, criando ambiências e estruturas que propiciem o aproveitamento dos potenciais do país, de forma a colocá-lo definitivamente no grupo das maiores economias do mundo.

### *3.4 O Brasil no Sistema Internacional*

O papel que o país vem exercendo no G-20<sup>27</sup>, do qual é um dos fundadores e uma das lideranças, e na agenda de desenvolvimento de Doha, a “rodada de Doha”<sup>28</sup>, tem sido relevante não apenas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), mas também no espaço regional da América do Sul, onde exerce uma liderança natural, cujas ações naqueles fóruns têm ajudado a consolidar, aumentando, assim, a relevância do Brasil no sistema internacional (MALAMUD, 2009).

Cabe ressaltar que a liderança brasileira na América do Sul é contrastada e contestada pelos países da Aliança Bolivariana para as Américas, também conhecida como Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). Dentre os países que a compõem, a Venezuela se destaca na contestação, como afirma Susane Gratius ao dizer que o desafio à liderança brasileira apresentado por aquele país se deve ao fato de ele possuir seu próprio

---

<sup>27</sup> G-20 é um grupo que reúne representantes, presidentes, ministros e diretores de bancos centrais, das vinte maiores economias do mundo. Ele foi criado em dezembro de 1999 como forma de resposta à crise financeira do final da década de 1990 e também pelo reconhecimento de que os países emergentes não encontravam espaço adequado para participar do cerne das discussões acerca da economia e da governança mundial

<sup>28</sup> A rodada Doha das negociações da OMC começou em novembro de 2001, com previsão de término em 2006. Seu objetivo era a adesão à Agenda de Desenvolvimento de Doha, e a partir daí negociar a abertura dos mercados agrícolas e industriais. A intenção declarada da rodada era tornar as regras de comércio mais livres para os países em desenvolvimento

projeto de poder. A Argentina também oferece resistência às ações brasileiras na busca pela afirmação de sua própria liderança neste espaço regional (GRATIUS, 2007).

Referenciando Goldman Sachs<sup>29</sup>, Gratius (2007, p. 1), quando afirma que “a comunidade internacional classifica o Brasil como potência latino-americana regionalmente e, no âmbito global, como potência média ou mercado emergente pertencente aos BRICs”, nos permite confirmar que a comunidade internacional percebe o Brasil como um dos líderes no espaço regional das Américas Latina e do Sul e um ator global de crescente influência e importância.

A economia brasileira cresce e com ela a proximidade da inserção e participação do país nos grupos dos países mais ricos e desenvolvidos, como o G-8<sup>30</sup>, onde a presença do Brasil já começa a ser comentada e até usada para outros fins, como fez a Itália<sup>31</sup> ao ameaçar as pretensões da adesão brasileira ao grupo, como forma de pressionar o país a se posicionar no caso do ex-ativista de extrema-esquerda Cesare Battisti. A entrada do país nestes grupos fechados parece uma realidade, que só depende de tempo e amadurecimento, além da continuidade do crescimento, para que venha a se concretizar.

É item prioritário da agenda internacional a crise de legitimidade por que passa, desde o final da Guerra Fria, a Organização das Nações Unidas (ONU). A postura das potências que possuem assento permanente no Conselho de Segurança (CSNU) e a obsolescência de importantes dispositivos da Carta das Nações Unidas, segundo o professor Antonio Celso Alves Pereira, são fatores que contribuem decisivamente para a fraca

---

<sup>29</sup> Goldman Sachs. “Dreaming with BRICs, the path to 2050’s, Global Economics”, Paper 99, Washington DC, 2003.

<sup>30</sup> A sigla G-8 corresponde ao grupo dos 8 países mais ricos e influentes do mundo, do qual fazem parte os Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia. Antes chamada de G-7, a sigla alterou-se com a inserção da Rússia, que ingressou no grupo em 1998. O G-8 discute qual ou quais caminhos o mundo deve seguir, pois esses países possuem economias consolidadas e suas forças políticas exercem grande influência nas instituições e organizações mundiais, como ONU, FMI, OMC.

<sup>31</sup> <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,italia-convoca-embaixador-no-brasil-de-volta-apos-caso-battisti,313573,0.htm>

credibilidade da Organização. Considerando a importância do Conselho de Segurança, que se destaca entre os demais organismos da ONU, sua reforma se mostra urgente e inadiável, como forma de resgatar a confiança internacional e conferir legitimidade à Organização. (PEREIRA, 2010).

Dentro dos movimentos em torno da reforma do CSNU o Brasil vem se apresentando como um candidato natural a um dos futuros assentos de membro permanente, como representante das Américas Latina e do Sul. Tal ambição, que está embasada na representação da coletividade latina e regional naquele foro, vai ao encontro das pretensões brasileiras, que encontram amparo na crescente estatura política e econômica do país no concerto das nações, especialmente no espaço regional latino-americano onde exerce, de forma cada vez menos contestada, uma liderança. (GONÇALVES, 2010).

A agência de inteligência global STRATFOR, em recente documento no qual avalia a ascensão do Brasil<sup>32</sup>, diz que existe um consenso crescente no mundo de que o Brasil será, no futuro próximo, um país a ser considerado, mesmo que alguns países, como por exemplo, os EUA, se sintam incomodados com a ascensão de uma nova potência nas Américas (STRATFOR, 2010, tradução do autor).

A mesma análise apresenta um contraponto ao declarar que para conquistar o almejado respeito dos países ocidentais industrializados, o Brasil deve respaldar sua retórica com ações nos três pilares da geopolítica, os poderes econômico, político e militar<sup>33</sup> (STRATFOR, 2010, tradução do autor).

---

<sup>32</sup> *Evaluating Brazil's rise*, disponível em: [www.stratfor.com](http://www.stratfor.com). "Even if some like the United States are uneasy about having another power rise in the Americas, there is growing consensus in the world that Brazil will be a country to be reckoned with in the years to come."

<sup>33</sup> "For Brazil to gain the respect that it seeks from the Western industrial states, it has to match its rhetoric with action in the three pillars of geopolitics: economic, political and military might."

A análise da agência STRATFOR conclui que não resta dúvida de que o Brasil detém considerável potencial geopolítico e que há claros sinais de o estar transformando em poder<sup>34</sup> (STRATFOR, 2010, tradução do autor).

Face às considerações apresentadas, resta claro que o país vem conquistando uma posição destacada no cenário internacional, seja pelos recentes resultados positivos da economia, como pelo crescente respeito e reconhecimento que vem angariando nos espaços políticos internacionais.

Embora haja sinais favoráveis tanto na perspectiva econômica quanto na política, na militar há ainda um longo caminho a ser percorrido, em que pese esta guardar dependência daquelas. Entretanto, a expressão militar do poder nacional, ainda aquém da nova estatura do país, encontra na Estratégia Nacional de Defesa um planejamento estratégico há muito esperado, que se constitui numa oportunidade de, em se concretizando as diretrizes ali estabelecidas, adquirir, paulatinamente, as capacidades estratégicas consideradas necessárias para a segurança e defesa da nação.

---

<sup>34</sup> “[...] there is no question that the country [Brazil] has immense geopolitical potential and is showing definitive signs of realizing that potential.”

#### 4 DA NECESSIDADE DO PODER MILITAR E SUA CORRELAÇÃO COM A POLÍTICA EXTERNA DO PAÍS

Os militares e os diplomatas são sócios na manutenção da paz.

Barão do Rio Branco

Segundo Pere Vilanova<sup>35</sup> (1995) a política externa de um país é composta pelo conjunto de ações que o Estado exerce para fora de suas fronteiras, tanto mediante relações com outros Estados, como mediante relações com organizações internacionais e outros atores do sistema internacional. Karl Deutsch<sup>36</sup> (1978, p. 117) esclarece que a política externa de um Estado “diz respeito, em primeiro lugar, à preservação de sua independência e segurança e, em segundo lugar, à promoção e proteção de seus interesses econômicos” e Philip Reynolds<sup>37</sup> (1971) complementa que, sejam quais forem as ações escolhidas pelo Estado para formar e implementar sua política externa, os objetivos finais serão sempre a consecução dos objetivos e dos interesses nacionais.

A respeito, o professor Williams Gonçalves<sup>38</sup> (2010) acrescenta que, assim como outras políticas públicas, cabe aos dirigentes das instituições do Estado, a elaboração e a condução da política externa. Diferentemente das demais políticas públicas, cujas variáveis que com elas interferem, estão sob certo grau de controle dos seus formuladores, na política

---

<sup>35</sup> Pere Vilanova é professor de ciência política na Universidade de Barcelona e comentarista de política internacional em diversos veículos da mídia.

<sup>36</sup> Karl Wolfgang Deutsch, nascido em Praga, antiga Tchecoslováquia, cientista de política internacional, imigrou para os EUA no início da II GM, onde estudou em Harvard e posteriormente lecionou no MIT, e em Yale e Harvard. Participou ativamente da conferência de São Francisco, que deu origem à Carta das Nações Unidas. Autor e co-autor de mais de 14 livros e centenas de trabalhos acadêmicos sobre política internacional.

<sup>37</sup> Philip Alan Reynolds, inglês, professor de História na London School of Economics, um dos precursores do estudo e do ensino das relações internacionais. Lecionou em Oxford, Lancaster e Wales. Mas foi em Lancaster, onde desenvolveu variadas e importantes funções, que desenvolveu todo seu reconhecido trabalho sobre as relações internacionais.

<sup>38</sup> Williams Gonçalves é professor dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais da COPPEAD-UFRJ, UFRGS e UFF.

externa, as chances de obtenção de sucesso imediato são menores, pela falta de controle das inúmeras variáveis que interagem com a política em questão.

No processo de elaboração da política externa de um Estado, os seus formuladores, segundo Gonçalves, devem considerar a interação de diversos fatores, dentre os quais se destacam: a tradição e os compromissos assumidos pelo Estado junto aos demais membros do Sistema Internacional; a base de apoio político do governo; a conjuntura econômica; a capacidade militar; a qualidade dos diplomatas; a ação dos grupos de pressão; a personalidade do chefe de Estado; a mídia e a opinião pública; e, a posição que o país ocupa no Sistema Internacional (GONÇALVES, 2010).

Ao dissertar sobre os elementos que compõem o poder nacional, Hans Morgenthau afirma que:

Tradicionalmente, tem havido um relacionamento funcional entre o poder político, o militar e o econômico. Significa que o poder político foi sempre, ao longo da história, uma função do poder militar e, particularmente nos tempos modernos, do poder econômico. (MORGENTHAU, 2003, p. 227)

Estabelece, assim, um vínculo direto entre a política e a capacidade militar de um Estado.

Examinemos mais alguns argumentos que respaldam a necessidade de que a capacidade militar de um Estado deve ser uma das componentes da sua política externa.

Morgenthau, enquanto distingue o poder político do poder militar, reconhece que este último é um elemento intrínseco do primeiro e conclui dizendo que:

No campo da política internacional, de modo muito particular, a força armada como ameaça ou potencialidade representa o fator material mais importante na construção do poder político de uma nação. (MORGENTHAU, 2003, p. 52)

Gonçalves (2010, p. 5) afirma que “capacidade militar é atributo indispensável a todo Estado que busca empreender política externa ativa”, como a que o nosso país vem

demonstrando ser o modelo que deseja seguir, evidenciado pelo posicionamento brasileiro nos recentes episódios relacionados à mediação da questão nuclear do Irã.

A capacidade militar de um Estado, segundo Gonçalves, nos permite aferir o risco que ele está em condições de enfrentar enquanto buscando atingir os seus objetivos estratégicos. Um destes objetivos, certamente, é a defesa do seu território, elemento constitutivo fundamental do Estado, para o que é necessário que os Estados disponham de capacidades militares corretamente dimensionadas, como ferramenta para protegê-lo de eventuais ameaças antagônicas (GONÇALVES, 2010).

Kenneth Waltz afirma que o poder militar desempenha um papel crucial nas relações internacionais porque os Estados coexistem em um sistema anárquico. Se um for atacado, ele se defenderá com todos os recursos que puder mobilizar. Uma vez que há muito as agências internacionais perderam sua força e credibilidade para a resolução de contenciosos, se é que algum dia as tiveram, os chefes de Estado acabam por considerar conveniente e, não raro necessário, ameaçar ou efetivamente fazer uso da força. Apesar da importância do poder militar ter variado ao longo da história, é inegável que ele propicia algum grau de ordenamento à política internacional e coopera com o estabelecimento e a imposição das suas regras (WALTZ, 2004).

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, em seu livro *Quinhentos anos de periferia*, alerta:

Os programas de desenvolvimento de armamentos automáticos e robotizados altamente sofisticados, os esforços recentes do Banco Mundial e do FMI para culpar as despesas com armamentos pelas dificuldades econômicas da periferia (e não o estrangulamento permanente causado pelo serviço de uma dívida externa que cresce com políticas neoliberais) e a promoção de acordos de redução de armamentos, inclusive os convencionais, fazem parte de uma estratégia de eventual desarmamento completo da periferia e a um ainda maior grau de concentração de poder militar. Essa estratégia tem como objetivo permitir a uma pequena parcela da população mundial, que se encontra nos países que integram as estruturas hegemônicas, controlar, se necessário pela força, as reivindicações de toda ordem da enorme e crescente população da periferia. (GUIMARÃES, 2002, p.61)



Assim Guimarães demonstra não apenas a necessidade da vertente militar do poder nacional, mas também a preocupação que as potências dedicam à contenção da emergência de novas potências militares, evidenciando a importância desta parcela do poder.

No mesmo texto o diplomata estabelece a “construção da capacidade militar” como um dos desafios a serem superados pela nação brasileira para apoiar sua política externa, na busca por uma posição mais destacada no cenário mundial. Em um exercício de prospectiva, Guimarães formulou três hipóteses, que denominou “radicais”, para a evolução da nossa sociedade.

A primeira hipótese considera um Brasil capitalista, com economia integrada e desequilíbrios regionais e de renda amenizados. O processo de acumulação de capitais decorrente transformaria o país de receptor em exportador de capitais. Nessa hipótese, segundo Guimarães, os investimentos e os interesses brasileiros necessitarão de mais do que “boas intenções e belas palavras”, demandando a inclusão do aspecto militar na nossa política externa (GUIMARÃES, 2002, p. 151).

A segunda hipótese considera que graves disparidades internacionais e vulnerabilidades externas impediriam que o desenvolvimento capitalista integrasse a sociedade brasileira. A marginalidade, a exclusão social de regiões e de grupos da sociedade geraria uma atmosfera conflituosa que poderia levar o país a crises institucionais e à emergência de regimes que contrariem os interesses de outros Estados. Nesta hipótese, a manutenção da soberania e a autodeterminação do povo brasileiro exigiriam Forças Armadas aprestadas (GUIMARÃES, 2002, p.152).

A terceira hipótese “radical” se calca na eventualidade de dificuldades em promover o desenvolvimento integrado, reduzir disparidades regionais e pessoais de riqueza, renda ou poder, levariam o país a uma situação de anomia e conflitos, sociais e regionais. Nesta hipótese a intervenção de terceiros Estados, seja para defender seus interesses, seja para

apoiar separatismos seria grande. Novamente, Forças Armadas preparadas assumiriam papel importante na manutenção de nossa soberania (GUIMARÃES, 2002, p. 152).

Assim, para todas as três hipóteses, Guimarães identificou a necessidade de um poder militar e foi além, quando resumizou dizendo:

Para que o Estado e a sociedade brasileira possam se defender de tais hipóteses, remotas hoje, mas que podem ser tornar possibilidades cada vez mais concretas, a organização de forças armadas democráticas, adestradas, equipadas e eficientes é essencial, até para desestimular veleidades de intervenção estrangeira. (Guimarães, 2002, p. 152)

De fato, ao analisarmos os processos históricos de formação das potências mundiais, constata-se que, no ímpeto de transpor as dificuldades e limitações que se antepunham ao objetivo de crescer e desenvolver-se, os Estados, sem exceção, constituíram poder militar poderoso, capaz de defender e dissuadir, mas também de influenciar e persuadir, sempre com tecnologia autóctone (GONÇALVES, 2010).

Nesta mesma linha de pensamento, o embaixador Pinheiro Guimarães, dentro do ciclo de debates para atualização do pensamento brasileiro sobre segurança e defesa promovido pelo Ministério da Defesa, declarou:

Caso o mundo venha a se confirmar como unipolar e hegemônico, crescerá a incidência provável de arbítrio e de violência em nível internacional e a possibilidade de ser o Brasil vítima de pressões e de agressão; caso se venha a confirmar um mundo multipolar, *permanecerá a necessidade de o Brasil contar com uma capacidade militar que o qualifique, ao lado de sua capacidade política e econômica, para promover seus interesses e para se defender, sempre que necessário*. Assim, tanto em um caso quanto em outro, há necessidade de defesa e de capacidade militar, o que exige, por definição, tempo e antecedência devido aos investimentos de longo prazo em pesquisa, em preparação e em produção, o que não é possível improvisar de uma hora para outra, quando a necessidade ocorre. (GUIMARÃES, 2004, p. 39, grifo nosso)

No mesmo ciclo de debates, o almirante Flores declarou:

“Se bem que não absolutamente impossível, nesse quadro kantiano regional a hipótese clássica é particularmente improvável envolvendo o Brasil, mais ainda se dispusermos de poder militar capaz de dissuadir e, se falhar a dissuasão, de abortar rapidamente quaisquer aventuras insanas, pouco

verossímeis dada a assimetria brasileira, a inexistência de contenciosos graves e se prevalecer na região a democracia. Mas a hipótese irregular deve merecer preocupação brasileira, principalmente em áreas fronteiriças atrasadas, enquanto existirem na América do Sul a miséria e o desencanto, que fertilizam a propensão à ilegalidade e à violência - um risco de que o próprio Brasil não está absolutamente imune. [...] Assim, por mais que priorize a cooperação e a conciliação, o Brasil, país que não é grande potência, mas tampouco é irrelevante, muito menos em sua região geopolítica, não pode abrir mão de alguma capacidade estratégica clássica própria, para sua defesa, cooperativa ou autônoma. Precisa pensar, sem obsessão, a improvável embora não impossível hipótese de defesa tradicional, exigente de poder militar tecnologicamente moderno, em configuração que não induza suspeições e absurdos armamentismos regionais, mas útil para dissuadir e/ou abortar rapidamente quaisquer aventuras.” (FLORES, 2004, p. 29 e 31)

Contra a linha de raciocínio que apoia a necessidade de uma capacidade militar como componente da política externa de um país, existe a tese de que investimentos na construção, manutenção e no aprimoramento de Forças Armadas, numa conjuntura nacional em que ainda existem tantas e urgentes demandas sociais seria injustificável e, até, no limite, malversação do erário público. Esta tese, embora não descarte totalmente a necessidade de uma capacidade militar, advoga que aumentos de orçamento para a pasta devem estar condicionados ao desenvolvimento do país, a partir de quando os gastos militares poderiam ser elevados. Este argumento apresenta-se fraco em sustentação por desvincular a segurança e a defesa do Estado do seu processo de desenvolvimento, o que não parece ser possível (GONÇALVES, 2010).

Os conceitos teóricos apresentados apontam para a absoluta e inquestionável necessidade de que os Estados, enquanto ativos no Sistema Internacional, possuam capacidade militar compatível com suas dimensões territoriais, políticas e econômicas e seus interesses nacionais.

O clima de aparente tranquilidade que molda a história do país, bem como a tradição pacifista e cooperativa do Brasil nas relações internacionais cria uma ilusão que pode induzir ao questionamento da utilidade de uma capacidade militar.

Os altos escalões da nação têm sobre os seus ombros a responsabilidade de garantir não apenas a existência das Forças Armadas, mas também que elas estejam compativelmente dimensionadas e preparadas para os desafios que a crescente estatura da nação e suas riquezas podem gerar, como último recurso para a garantia da autodeterminação do povo brasileiro e a soberania sobre o território do país.

## 5 A AGENDA DE DEFESA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A MARINHA DO BRASIL

Esquadras não se improvisam

Ruy Barbosa

A tradição pacifista e cooperativista da política externa brasileira manteve afastados da agenda nacional os assuntos relativos à segurança e à defesa da nação que, entretanto, continuaram em debate *intramuros* pelas Forças Armadas. Tal falta de participação da sociedade, agravada pela aversão que alguns de seus setores desenvolveram pelo tema como consequência do regime militar, os levou aos mais baixos níveis de importância, culminando com questionamentos sobre a necessidade de nosso país possuir uma capacidade militar.

A despeito da baixa prioridade que o tema segurança e defesa recebia na agenda nacional, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2002, p. 144), em seu livro *Quinhentos anos de periferia* alerta que “O Brasil é um país que, a despeito da retórica e tradição de política internacional pacífica e cooperativa, tende a encontrar situações de conflito em cada momento em que procura desenvolver o seu potencial econômico, político ou militar.”

A criação do Ministério da Defesa (MD) em 1999 foi um passo importante para incluir na agenda nacional a segurança e a defesa do país. Nos anos de 2003 e 2004, o Ministério promoveu um ciclo de debates visando à atualização do pensamento brasileiro sobre segurança e defesa, do qual participaram personalidades brasileiras de notável saber em áreas do conhecimento direta ou indiretamente correlacionadas com o tema. Os debates foram realizados em sessões que, uma vez registradas e compiladas, passaram a ser, pelo seu ineditismo e ecletismo, referências para o tema. Podemos dizer que a iniciativa do MD criou o embrião de uma usina de ideias (*think-tank*), em que notáveis, de diferentes segmentos, formação e pensamento, puderam expressar seu entendimento sobre os diversos temas correlatos à segurança e à defesa do país, que ali foram debatidos.

No seu pronunciamento durante este ciclo de debates, o chanceler Celso Amorim declarou:

Uma percepção que se tem no Brasil, pelo menos fora dos reduzidos círculos profissionais e especializados, é a de que desdobramentos na área da segurança internacional pouco nos dizem respeito. Àquela percepção se associa a noção, amplamente disseminada, de que dificilmente nos envolveremos em confronto com uma grande potência militar. Tampouco se cogita um conflito com um país vizinho. Isso não significa que possamos prescindir de uma capacidade militar de dissuasão, como também de repulsão e preparo para defesa e resistência contra ameaças externas. Cabe ao planejamento estratégico, naturalmente, avaliar a extensão e o grau de atenção a ser dado às ameaças concretas e hipotéticas, presentes e futuras. (AMORIM, 2004, p. 149)

Tal assertiva corrobora a ideia do desinteresse da sociedade brasileira pelos assuntos de segurança e defesa, ao mesmo tempo em que se coaduna com as ideias anteriormente apresentadas neste estudo sobre a necessidade de o Estado possuir a faceta militar do poder.

### *5.1 A Política de Defesa Nacional*

A criação do Ministério da Defesa começou a frutificar com o advento da Política de Defesa Nacional (PDN) em 2005, que define a si mesma como uma política:

[...] voltada, preponderantemente, para ameaças externas, é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa e tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional. (BRASIL, 2005, p. 1)

A Política veio substituir documento de 1996 que, face às frequentes alternâncias nas conjunturas nacional e internacional, se encontrava desatualizado.

Passaremos a analisar a Política de Defesa Nacional, buscando nela identificar os pontos que geram alguma interação ou implicação para a Marinha do Brasil, especificamente quanto à atuação da Força na Amazônia.

Ainda na sua introdução, a Política reforça a ideia da aversão brasileira ao tema segurança e defesa, reforçando a tese do afastamento entre a sociedade e estes conceitos, quando afirma:

Após um longo período sem que o Brasil participe de conflitos que afetem diretamente o território nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros. Porém, é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não tenha disputas ou antagonismos ao buscar alcançar seus legítimos interesses. Um dos propósitos da Política de Defesa Nacional é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira de que a defesa da Nação é um dever de todos os brasileiros. (BRASIL, 2005, p. 1)

Neste ponto se faz necessário definir segurança e defesa, termos amplos, sujeitos a variadas interpretações. Adotaremos as definições da PDN, que assim as enuncia:

I – Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização de seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais.

II – Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. (BRASIL, 2005, p. 2)

Ao analisar a conjuntura internacional, a Política prevê:

Neste século, poderão ser intensificadas disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce e de energia, cada vez mais escassas. Tais questões poderão levar a ingerências em assuntos internos, configurando quadros de conflito. (BRASIL, 2005, p. 2)

Embora não se refira, neste ponto, diretamente à Amazônia, a previsão formulada nos remete aos conceitos discutidos no capítulo 2 deste estudo, no qual estão ressaltadas as riquezas naturais da região que atraem o interesse internacional. A Política, evocando aqueles conceitos, adverte:

A questão ambiental permanece como uma das preocupações da humanidade. Países detentores de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo podem tornar-se objeto de interesse internacional. (BRASIL, 2005, p. 3)

O texto ratifica a ideia da cobiça internacional que as riquezas naturais amazônicas atraem e sugere uma preocupação com a possibilidade de violações à soberania brasileira sobre a região.

Ao analisar a conjuntura nacional, a Política se refere pela primeira vez à Amazônia, quando diz que:

O planejamento da defesa inclui todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima. A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. (BRASIL, 2005, p. 4)

A percepção de que acumulações de riquezas naturais atraem a atenção internacional alerta para a necessidade de dedicar especial atenção à defesa das regiões onde elas ocorrem, consideradas vitais para o país, elegendo a região Amazônica como um dos focos a ser mais bem defendido.

Durante o ciclo de debates promovido pelo MD, a categorização da Amazônia como área estratégica para o Brasil e os alertas para que se dedique uma maior atenção à sua defesa foram um ponto comum:

Houve nítida convergência de opiniões, como, por exemplo, no que se refere à prioridade a ser conferida à Amazônia. (PINTO; ROCHA; SILVA, 2004, p. 117)

Como registrado, houve consenso com relação à alta prioridade conferida à Amazônia. Impõe-se, na defesa da região, a conjugação da estratégia de presença com a ação de unidades leves e ágeis, baseadas em aperfeiçoamentos tecnológicos. (PINTO; ROCHA; SILVA, 2004, p. 122)

A região amazônica (inclusive em termos internos) e seu entorno seriam o principal problema de segurança brasileiro em que a defesa poderia ter um papel. A lógica desta preocupação é a da preservação dos ativos brasileiros na Amazônia e a preservação da integridade do território nacional [...] (PROENÇA JÚNIOR *in* PINTO; ROCHA; SILVA, 2004, p. 112)

[...] a Amazônia tende a ser o mais sensível desafio de segurança neste início do século XXI e nos próximos decênios. É preciso que o Brasil seja capaz de controlar sua Amazônia (meio ambiente, defesa civil, segurança *lato sensu*) [...] onde se insere o Sistema de Proteção da Amazônia, com a extensão, além-fronteira, do Sistema de Vigilância da Amazônia. Essa capacidade é a



defesa mais segura que podemos desenvolver para que, no longo prazo de fronteiras e soberania mais e mais polêmicas no que se refere a questões de interesse supranacional, continuemos a exercer nosso direito histórico sobre aquela região. (FLORES *in* PINTO; ROCHA; SILVA, 2004, p. 30)

As áreas de interesse estratégico brasileiro incluem a América do Sul, o Atlântico Sul, a costa ocidental da África e a Antártica. Dentre estas, do ponto de vista da defesa, a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são, hoje, as áreas prioritárias. (SILVEIRA *in* PINTO; ROCHA; SILVA, 2004, p. 172)

A Amazônia é, e deve ser, o foco das atenções da Política de Defesa. [...] Pairam sobre a Amazônia duas ameaças. Uma é de escassa plausibilidade, [...] recorrente receio de que, objeto da cobiça estrangeira, a Amazônia sofra tentativas de internacionalização. A outra, bem mais real, é que a escassa presença do Estado facilite ou até estimule a ação de grupos interessados em tirar proveito da fabulosa biodiversidade da região [...]. (PEREIRA *in* PINTO; ROCHA; SILVA, 2004, p. 211)

Assim, fica claro que a PDN foi fiel ao consenso dos notáveis e, portanto, à percepção da elite da sociedade brasileira, ao elencar a Amazônia como uma das áreas estratégicas que devem merecer especial atenção da alta cúpula de defesa do país.

A análise da conjuntura nacional contida na PDN também dedica atenção ao mar, suas riquezas e potenciais, demonstrando consciência de sua importância para o desenvolvimento do país, ao dizer:

A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar permitiu ao Brasil estender os limites da sua Plataforma Continental e exercer o direito de jurisdição sobre os recursos econômicos em uma área de cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, região de vital importância para o País, uma verdadeira “Amazônia Azul”.

Nessa imensa área estão as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento do País, além da existência de potencial pesqueiro.

A globalização aumentou a interdependência econômica dos países e, conseqüentemente, o fluxo de cargas. No Brasil, o transporte marítimo é responsável por movimentar a quase totalidade do comércio exterior. (BRASIL, 2005, p. 5)

O reconhecimento da importância do uso do mar e dos seus recursos para o país e seu desenvolvimento vão ao encontro da noção do crescimento econômico do país, que é fortemente dependente do uso e da exploração do mar e do leito marinho sob nossa jurisdição, onde se encontram, por exemplo, as reservas de petróleo e de gás do pré-sal, e por onde

transitam mais de 95% do comércio brasileiro, ambos vitais para o desejado crescimento sustentado do país.

A Política, em seu intuíto para a enumeração dos objetivos da defesa nacional define que “[...] torna-se essencial estruturar a Defesa Nacional de modo compatível com a estatura político-estratégica para preservar a soberania e os interesses nacionais em compatibilidade com os interesses da nossa região”, nos remetendo a conceitos anteriormente explorados neste trabalho, ao ratificar a necessidade de que os recursos empregados na defesa da nação estejam adequadamente dimensionados à relevância e postura do país no sistema internacional (BRASIL, 2005, p. 6).

Dentre os objetivos da defesa nacional estabelecidos pela Política, chama a atenção o último: “VI - a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais”, alinhado com as recentes posturas da política externa brasileira, especialmente no espaço regional da América do Sul e nos foros da Organização Mundial do Comércio, nos quais o país vem buscando assumir posições de destaque e relevância.

Na formulação das orientações estratégicas a PDN afirma que: “As Forças Armadas devem estar ajustadas à estatura político-estratégica do País, considerando-se, dentre outros fatores, a dimensão geográfica, a capacidade econômica e a população existente.” (BRASIL, 2005, p. 7), concordando com a ideia da desejável compatibilidade da capacidade militar com o poder nacional, conceito anteriormente explorado neste trabalho.

Neste ponto, pela primeira vez, a Política formula uma orientação que demanda uma reorganização militar, quando aponta a Amazônia e o Atlântico Sul como focos prioritários para Defesa Nacional, quando estabelece que:

Para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar [...]

No Atlântico Sul, é necessário que o País disponha de meios com capacidade de exercer a vigilância e a defesa das águas jurisdicionais brasileiras, bem como manter a segurança das linhas de comunicações marítimas. (BRASIL, 2005, p. 7)

O documento tem em seu fecho um elenco de diretrizes, entre as quais, destacam-se:

- I – manter forças estratégicas em condições de emprego imediato, para a solução de conflitos;  
[...]
- V – aprimorar a vigilância, o controle e a defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo do Brasil;
- VI - aumentar a presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da Amazônia brasileira;  
[...]
- X – proteger as linhas de comunicações marítimas de importância vital para o país;

Ao, na primeira diretriz, determinar a existência de forças prontas para emprego imediato na solução de conflitos, a PDN aceita a ideia da inevitabilidade e imprevisibilidade dos mesmos. As diretrizes selecionadas demonstram a preocupação que o país deve ter no monitoramento e na patrulha de seus espaços territoriais, elegem duas áreas que devem merecer prioridade para defesa, por seus significados estratégicos para o país e, reconhecem a dependência que o Brasil tem da manutenção das linhas de comunicação marítimas.

Todos estes assuntos foram tratados nos capítulos anteriores visando a justificar o valor estratégico da Amazônia para o Brasil, a necessidade de Forças Armadas para a sua defesa e como instrumento de sua política externa e, do necessário condicionamento de seu tamanho à estatura e postura do país no cenário internacional.

## *5.2 A Estratégia Nacional de Defesa*

Outro documento de alto nível, fruto da inclusão dos temas segurança e defesa na agenda nacional é a Estratégia Nacional de Defesa (END). Aprovada por Decreto Presidencial em dezembro de 2008, a END veio preencher uma lacuna entre as diretrizes do país.

A END se apresenta como alvissareira não apenas pelo fato de existir, mas porque está perpetuada num documento e assim propiciar a oportunidade de debates sobre o tema defesa, que outrora ocorriam apenas nos foros militares. Documento inédito na história do país proporciona a oportunidade de envolver a nação em torno de seu objeto, a defesa da nação.

Para as Forças Armadas a END tem uma especial relevância, pois eleva de nível e unifica ações que antes eram individualizadas pelas Forças singulares, e tratadas apenas no seu âmbito interno, sem debate com a sociedade civil e sem unidade entre as Forças, esta última indispensável, uma vez que não há possibilidade do país fazer frente a um conflito com apenas uma das suas forças singulares, sem o concurso das outras.

Documento decorrente da PDN, a END considerou as orientações e diretrizes daquela Política para estabelecer um planejamento estratégico de médio e longo prazo, para a defesa do País.

Formulada por um comitê ministerial, criado por Decreto Presidencial, presidido pelo Ministro da Defesa e coordenado pelo Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, com a participação dos Ministérios do Planejamento, Gestão e Orçamento, Fazenda e Ciência e Tecnologia, e dos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica. No seu processo de elaboração foram ouvidos notáveis das mais variadas áreas de conhecimento correlacionadas com defesa e segurança, de maneira a produzir um documento aderente ao entendimento e aos anseios da sociedade brasileira sobre o assunto.

Destarte, a exposição de motivos que encaminhou o projeto do decreto de aprovação da END, em seu segundo parágrafo, diz:

O Brasil desfruta, a partir de sua estabilidade política e econômica, uma posição de destaque no contexto internacional, o que exige nova postura no campo da Defesa, a ser consolidada através do envolvimento do povo brasileiro. À sociedade caberá, por intermédio de seus representantes do sistema democrático e por meio da participação direta no debate, aperfeiçoar as propostas apresentadas. (BRASIL, 2008, p. 5)

O texto reforça o entendimento de que o Brasil vem adquirindo uma nova estatura no sistema internacional, e ratifica a ideia da necessidade de compatibilizar o setor da defesa, aí incluída a capacidade militar, à nova inserção do país naquele sistema.

O documento aborda a questão da modernização da estrutura nacional de defesa, formulando ações de médio e longo prazo, divididas em três, assim denominados, eixos estruturantes: a reorganização das Forças Armadas; a reestruturação da indústria de defesa nacional; e a política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

Para os objetivos deste estudo nos fixaremos no eixo estruturante de reorganização das Forças Armadas e, dentro deste, nos aspectos diretamente relacionados à Marinha do Brasil (MB), dentre os quais, mais especificamente, aqueles correlacionados com a presença e a atuação da MB na Amazônia.

Mas, antes de nos concentrarmos no cerne de nosso problema, as diretrizes para a atuação da Marinha do Brasil na Amazônia, analisaremos a parte inicial do documento, buscando identificar elementos que justifiquem ou auxiliem a compreensão daquelas diretrizes.

A END se mostra aderente à tradição da política externa brasileira ao declarar:

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos. Esse traço de pacifismo é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro. (BRASIL, 2008, p. 8)

Porém, não se afasta dos conceitos realistas, quando finaliza sua introdução, afirmando que:

[...] se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças. Vive-se em um mundo em que a intimidação tripudia sobre a boa fé. Nada substitui o envolvimento do povo brasileiro no debate e na construção da sua própria defesa. (BRASIL, 2008, p. 8)

Importante a correlação que a diretriz estabelece entre a Defesa e o Desenvolvimento do país, na mesma linha de raciocínio do Professor Williams Gonçalves, anteriormente discutida:

A Estratégia nacional de defesa é inseparável da estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. [...]. Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. [...] Difícil – e necessário – é para um País que pouco trato teve com guerras convencer-se da necessidade de defender-se para poder construir-se. (BRASIL, 2008, p. 9, grifo do autor)

Merece destaque o fato de que a palavra desenvolvimento é citada mais de oitenta vezes ao longo do documento.

Passaremos a discorrer sobre as diretrizes formuladas pela Estratégia Nacional de Defesa, dentre as quais selecionaremos e analisaremos apenas aquelas diretamente relacionadas aos objetivos deste estudo.

A primeira diretriz estabelece que se deve “Dissuadir a concentração de forças nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional.” Complementa, esclarecendo que a dissuasão não pode estar baseada apenas em tecnologia avançada, mas, sim, na capacidade e no preparo para o combate, empregando a tecnologia disponível, deixando claro o foco na dissuasão (BRASIL, 2008, p. 11).

A quarta diretriz orienta a “Desenvolver, lastreado na capacidade de monitorar/controlar, a capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão: a mobilidade estratégica.” Esclarece que “A mobilidade estratégica – entendida como a aptidão para se chegar rapidamente ao teatro de operações – reforçada pela mobilidade tática – entendida como a aptidão para se mover dentro daquele teatro [...]”. Aqui fica clara a determinação para que as Forças Armadas estejam sempre aprestadas para atuar em todo o território nacional, reagindo em curto espaço de tempo. A mobilidade exigida assume

importância crítica quando confrontada com as dimensões do país e com os meios hoje disponíveis.

Na diretriz de número oito a concentração das Forças Armadas nos Estados do Sul e do Sudeste brasileiro é apontada antes de estabelecer que “Sem desconsiderar a necessidade de defender as maiores concentrações demográficas e os maiores centros industriais do País, a Marinha deverá estar mais presente na região da foz do Amazonas [...]”, indicando, pela primeira vez no documento, a necessidade do redimensionamento e da reorganização da MB em prol da defesa da Amazônia (BRASIL, 2008, p. 13).

A diretriz oito pode ser mais bem compreendida com o auxílio da décima diretriz: “Priorizar a região Amazônica”. A END prossegue esclarecendo que “A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa”, sendo esta a única diretriz do documento dedicada a uma única região do país, conferindo-lhe assim uma importância superior às demais regiões. A diretriz contém um alerta sobre a posição rígida do Brasil com relação às interferências que violem, enfraqueçam ou contestem nossa soberania sobre a região, que termina com a emblemática frase: “Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil.” (BRASIL, 2008, p. 14)

Concluída a análise das diretrizes da END selecionadas para este estudo, fica clara a importância atribuída à Amazônia, cuja defesa, conforme planejado pela Estratégia, estará calcada na dissuasão, o que, por sua vez, demandará o redimensionamento e a redistribuição dos contingentes, de forma a aumentar a presença na região e, assim, contribuir para o efeito desejado da dissuasão. Segundo a END, a defesa da Amazônia também deverá se apoiar na mobilidade, estratégica e tática, e no aprestamento das forças que a defenderão.

As razões da importância da Amazônia para o país ficam mais bem compreendidas com o auxílio dos dados e argumentos apresentados no Capítulo 2 deste trabalho.

A escolha da dissuasão como estratégia principal para a defesa do Brasil, além de ser uma solução clássica para os Estados militarmente menos potentes, encontra amparo nos conceitos anteriormente abordados ao longo do trabalho, nos quais a necessidade de uma capacidade militar dissuasória é advogada por diversas das linhas do pensamento político-estratégico como o de Hans Morgenthau, que em seu livro *Política entre as nações*, afirma:

Os preparativos militares, seja qual for a sua modalidade, têm por objetivo político fazer parecer demasiado arriscado para outras nações o emprego de força militar, dissuadindo-as, desse modo, de recorrer a tal recurso. Em outras palavras, os preparativos militares têm por alvo político tornar desnecessária a aplicação efetiva de força militar, ao levar potenciais inimigos a desistir do recurso à força militar. (MORGENTHAU, 2003, P. 57)

Iniciaremos, agora, a análise dos objetivos que a END confiou à MB. Na seção em que aborda “A Marinha do Brasil: a hierarquia dos objetivos estratégicos e táticos” o documento detalha, não apenas os objetivos, mas também as ações a empreender para alcançá-los, além dos efeitos desejados.

Assim, apesar de considerar que a Marinha deverá continuar sendo capaz de realizar as tarefas básicas de negar o uso do mar; controlar áreas marítimas; e projetar poder, estabelece uma prioridade entre elas, elegendo a negação do uso do mar como a sua prioridade para a MB, quando diz:

A prioridade é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima. A negação do uso do mar ao inimigo é a (tarefa) que organiza, antes de atendidos quaisquer outros objetivos estratégicos, a estratégia de defesa marítima do Brasil. (BRASIL, 2008, p. 20, grifos nossos)

Dessa forma, a Estratégia subordina as tarefas de projeção de poder e controle de áreas marítimas à tarefa de negação do uso do mar ao inimigo, uma vez que a estratégia de defesa marítima brasileira se organizará em torno desta última.

Ao detalhar as orientações para a reconfiguração da força naval, de forma a permitir o atendimento da tarefa de controle de áreas marítimas, a diretriz estabelece:



A construção de meios para exercer o controle de áreas marítimas terá como foco as áreas estratégicas de acesso marítimo ao Brasil. Duas áreas do litoral continuarão a merecer atenção especial, do ponto de vista da necessidade de controlar o acesso marítimo ao Brasil: a faixa que vai de Santos a Vitória e a área em torno da foz do rio Amazonas. (BRASIL, 2008, p. 21, grifos nossos)

Ratificando a importância anteriormente atribuída à Amazônia, a END agora estabelece a área em torno da foz do Amazonas como estratégica, orientando a reorganização e o redimensionamento da MB de forma a ser capaz de controlá-la. E diz como a Marinha deverá fazê-lo ao determinar que:

A Marinha iniciará os estudos e preparativos para estabelecer, em lugar próprio, o mais próximo possível da foz do rio Amazonas, uma base naval de uso múltiplo, comparável, na abrangência e na densidade de seus meios, à Base Naval do Rio de Janeiro. (BRASIL, 2008, p. 23)

Embora uma base seja um recurso de alto valor estratégico como *point d'appui*, terá seu valor bastante diminuído enquanto não sediar ou hospedar uma Esquadra que a partir dela opere. Por outro lado, a escolha da região onde ela deverá ser erigida parece feliz, pois segundo Bernard Brodie, “A base de operações, para ser útil, deve ser situada perto do principal teatro de operações”, permitindo que os meios nela baseados permaneçam mais tempo, dentro de sua área de responsabilidade, realizando suas atividades-fim. Brodie conclui dizendo que: “Assim, a proximidade de uma base à região em disputa faz toda a diferença que existe, não entre o maior e o menor domínio do mar, mas entre a possibilidade e a impossibilidade do próprio domínio”. (BRODIE, 1961, p. 206 a 210).

Considerando-se a época em que Bernard Brodie escreveu sua obra, bem como os conceitos então vigentes, e realizando as necessárias adaptações aos objetivos traçados pela END, podemos constatar não apenas a utilidade dos seus conceitos, apesar de elaborados há mais de 50 anos, mas principalmente, sua aplicabilidade à questão em discussão, que nos aponta a necessidade de, além de estabelecer uma base na região da foz do rio Amazonas, nela sediar uma Esquadra.

Ao estabelecer as características que a base deve possuir, a END se alinha com o preconizado pelo professor Milan Vego, que condiciona o valor de uma base à distância entre ela e o objetivo militar que motiva sua existência e às facilidades que esta oferece, alertando que o posicionamento geográfico das bases sempre teve grande influência sobre as estratégias navais. Vego afirma que o valor estratégico-militar de uma base é função direta da distância que a separa do teatro de operações que a ela está atrelado e, também, que a ausência de bases corretamente dimensionadas e adequadamente posicionadas invariavelmente se constitui num importante fator de fraqueza para o emprego das próprias forças. (VEGO, 1999, p.62 a 68)

Ao analisarmos a segunda parte da Estratégia, que contém as “Medidas de implementação”, nos chama a atenção, na introdução do tópico “Fundamentos” o seguinte texto:

Os ambientes apontados na Estratégia Nacional de Defesa não permitem vislumbrar ameaças militares concretas e definidas, representadas por forças antagônicas de países potencialmente inimigos ou de outros agentes não-estatais. Devido à incerteza das ameaças ao Estado, o preparo das Forças Armadas deve ser orientado para atuar no cumprimento de variadas missões, em diferentes áreas e cenários, para respaldar a ação política do Estado. (BRASIL, 2008, p. 47)

Esta orientação generalista conflita com as orientações anteriores, bastante específicas, deixando espaço para interpretações, dissonâncias e dubiedades indesejáveis. Eis uma incoerência do documento que deve merecer especial atenção visando à sua elucidação.

Ao orientar a elaboração das Hipóteses de Emprego a Estratégia estabelece que devem ser considerados no processo diversos aspectos, dentre eles os abaixo selecionados:

- a ameaça de forças militares muito superiores na região amazônica;
- ameaça de conflito armado no Atlântico Sul. (BRASIL, 2008, p. 48)

Estas orientações em particular, guardam coerência com as áreas estratégicas de acesso marítimo ao Brasil, cuja defesa a END atribuiu à MB. A condicionante de que as ameaças na Amazônia serão militarmente superiores, quando associada à tarefa de controlar

aquela área marítima, inclui a ideia de que será necessário aumentar o poder naval na região para cumprir a tarefa de dissuadir eficazmente.

Esta percepção se concretiza quando no tópico “Estruturação das Forças Armadas” a END estabelece que as Forças Armadas deverão elaborar e submeter ao Ministério da Defesa Planos de Equipamento e Articulação que conterão a proposta das Forças para a distribuição espacial das unidades e a quantificação dos meios necessários para o atendimento eficaz das Hipóteses de Emprego de maneira a possibilitar:

- poder de combate que propicie credibilidade à estratégia da dissuasão; [...]
- o aumento da presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da região amazônica; [...]. (BRASIL, 2008, p. 49, ênfases nossas)

Como na diretriz número oito, a END estabelece que “Sem desconsiderar a necessidade de defender as maiores concentrações demográficas e os maiores centros industriais do País, a Marinha deverá estar mais presente na região da foz do Amazonas [...]” e aqui, quando trata da reestruturação das Forças, determina que ao planejarem sua adequação à Estratégia haja um “aumento da presença militar [...] na região amazônica”, fica claro que, para atender a ambas as demandas será necessário aumentar a quantidade de recursos de toda ordem, redimensionar a MB. Este aumento encontra respaldo no crescimento do Brasil em todos os campos, conceito já explorado e demonstrado neste trabalho, quando ficou comprovada a ascensão da economia brasileira e o aumento da relevância do país no sistema internacional. O redimensionamento da capacidade militar também encontra apoio na necessidade de que este acompanhe a estatura político-econômica do país, conforme anteriormente explorado.

O entendimento de que a MB deverá, forçosamente, aumentar seus efetivos além da quantidade e da capacidade de seus meios para se adequar às demandas da END, sai do campo das interpretações, quando a Estratégia estabelece que:

Em relação à distribuição espacial das Forças no território nacional, o planejamento consolidado no Ministério da Defesa, deverá priorizar:  
 - na Marinha, a necessidade de constituição de uma Esquadra no norte/nordeste do País; [...]. (BRASIL, 2008, p. 50)

Esta diretriz da END se alinha com o pensamento de Bernard Brodie quando associa à Base Naval uma Esquadra, completando o conjugado que permitirá o controle da área marítima em torno da foz do Amazonas de maneira mais eficaz.

A END também se mostra aderente aos conceitos de distribuição da frota sugeridos pelo professor Milan Vego, para quem a distribuição e a composição das Esquadras nos vários teatros de operação marítimos é determinada pela estratégia militar naval, que deve se condicionar pelos objetivos estratégicos a serem atingidos em cada teatro, sem desconsiderar que a distribuição realizada em tempo de paz deve, forçosamente, basear-se nas estimativas estratégicas, nas diretrizes de defesa e nas hipóteses de emprego. Vego finaliza o raciocínio afirmando ser esta distribuição um dos maiores desafios afetos aos formuladores da estratégia naval. Aí está o primeiro grande desafio apresentado à MB pela END.

A Estratégia também se mostra alinhada com os pensamentos dos notáveis, que participaram do ciclo de debates promovido pelo MD, quando se manifestaram sobre o dimensionamento das Forças Armadas Brasileiras:

A participação militar no orçamento caiu de cerca de 20% no início dos 1970, [...] para cerca de 5 a 6% no início dos 2000; em relação ao PIB, nosso orçamento militar está entre os menores do mundo. [...]. A continuar essa situação [...] vai aumentar dramaticamente o ostracismo que vem caracterizando a defesa nacional há muitos anos; o preparo para ela deixará de ser coerente com o país, sua inserção internacional e até mesmo com seu status regional; na realidade, já está deixando. (FLORES *in* PINTO; ROCHA; SILVA, 2004, p. 35)

[...] reconhecer que, à medida que empresas brasileiras se internacionalizam, os interesses políticos do Brasil em outras regiões se tornam cada vez mais complexos e reais, e menos retóricos, e que a eficiência na defesa desses interesses têm uma faceta de natureza militar; [...]. (GUIMARÃES *in* PINTO; ROCHA; SILVA, 2004, p. 47)

Para as nossas Forças Armadas faltam, atualmente, equipamentos modernos e até material de uso corrente para enfrentar as ameaças e desafios que começam a surgir no horizonte. A não-imiscuição de forças externas em

assuntos de interesse exclusivamente brasileiro, como no caso da Amazônia, depende da existência de forças dissuasivas apoiadas no sentimento de identidade nacional das populações. A insuficiência de preparo pode custar muito mais caro se tiver que ser remediada de emergência. (LEAL *in* PINTO; ROCHA; SILVA, 2004, p. 54)

Dadas as atuais condições do país, é necessário, a título preliminar, constatar-se que o mesmo não dispõe, presentemente, de satisfatórias possibilidades para exitosamente enfrentar sérios desafios militares, econômico-tecnológicos, ou mesmo de poderosos movimentos desestabilizadores. Reveste-se de suprema gravidade essa constatação. [...] Resulta, assim, do quadro precedentemente esboçado, que nossa defesa nacional atualmente é precária, o destino do país dependendo muito mais da não ocorrência de sérios desafios internacionais do que de sua capacidade de a eles exitosamente se contrapor. (JAGUARIBE *in* PINTO; ROCHA; SILVA, 2004, p. 62, grifos nossos)

Fica clara a percepção dos notáveis da inadequação do atual aparato militar brasileiro quando contrastado com a estatura político-econômica do Brasil, bem como a necessidade de seu redimensionamento para acompanhar o crescimento do país. A END privilegia esta percepção, no caso da atuação da MB na Amazônia, quando determina que se construa uma base no litoral norte/nordeste que sediará uma Esquadra, que terá como tarefa principal dissuadir o acesso marítimo à Amazônia Brasileira, controlando a área marítima do entorno da foz do rio Amazonas, além do litoral entre o Oiapoque e o cabo Calcanhar, no Rio Grande do Norte.

Após dimensionar o novo poder naval, ainda restará a tarefa de gerenciar sua concretização, tarefa esta que constitui um segundo desafio. Um desafio enorme, função do tamanho do crescimento planejado e das dificuldades de tirar os planos do papel e transformá-los em meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, numa conjuntura histórica de magros orçamentos, não raro, contingenciados.

Em que pesem as dificuldades vislumbradas no atendimento às demandas da END, o governo brasileiro demonstrou sua vontade de conferir ao poder militar uma maior capacidade de defender as riquezas e os interesses do país e também, de apoiar seus posicionamentos nas relações internacionais, reestruturando suas Forças Armadas.

## 6 A CRIAÇÃO DA SEGUNDA ESQUADRA - PERSPECTIVAS E DESAFIOS ESTRATÉGICOS

Se demonstras força, todos querem ser teus aliados. Ao contrário, se mostras fraqueza, ninguém te dará importância. E, se tendo riquezas, não demonstras força, atrairás sobre tua cabeça todas as ambições do mundo.

Ciro, Rei da Pérsia

A decisão da cúpula de defesa do país de criar uma segunda Esquadra e sediá-la no litoral norte/nordeste, manifestada por meio da Estratégia Nacional de Defesa, encontra amparo teórico e respaldo da elite brasileira, que, por meio de notáveis, se manifesta ressentida de uma capacidade militar adequadamente dimensionada para a defesa da sabidamente rica Amazônia, dos nossos objetivos e interesses e, para acompanhar o crescimento do Brasil, como explorado nos capítulos anteriores.

O Brasil tem um extenso e privilegiado litoral, voltado quase inteiramente para o Atlântico Sul, sendo a exceção o litoral do Estado do Amapá que se encontra no Hemisfério Norte.

Grosseiramente, podemos decompor o litoral brasileiro em duas porções. A primeira é aquela entre a foz do rio Oiapoque e a Ponta do Calcanhar, situada ao norte do estreito Calcanhar-Noronha, o litoral norte/nordeste brasileiro, que chamaremos de litoral setentrional. A segunda se estende desde a Ponta do Calcanhar até o Arroio Chuí. A primeira porção tem uma orientação geral WNW-ESE, voltada, portanto, para o Atlântico Norte, dominando o Atlântico equatorial. Já a porção situada ao sul tem uma orientação geral NNE-SSW, voltada para o Atlântico Sul e para os países africanos por ele banhados, desde o Golfo da Guiné até o cabo da Boa Esperança. A inflexão que define as duas porções ocorre no litoral do Estado do Rio Grande do Norte, nas proximidades da Ponta do Calcanhar (PESCE, 2003).

Nesta posição, geopoliticamente privilegiada, de comandamento do Atlântico Sul, apresenta-se como um bônus geoestratégico o saliente nordestino, que projeta o litoral do país

em direção à África Ocidental, conformando uma “esquina”, um ponto focal, no litoral do Estado do Rio Grande do Norte, por onde transitam importantes rotas do tráfego marítimo mundial como a rota NW/SE, que liga o Golfo Pérsico e o Extremo-Oriente ao canal do Panamá, aos portos da América do Sul situados ao norte de Natal-RN, aos portos do Caribe e da América do Norte, via cabo da Boa Esperança. Por ali também navega o tráfego marítimo da rota NE/SW, que liga a Europa e o Mediterrâneo aos portos da América do Sul e ao Estreito de Magalhães e, portanto ao oceano Pacífico.

O arquipélago de Fernando de Noronha, sito a poucas centenas de milhas náuticas do litoral potiguar, se constitui numa valiosa posição geoestratégica, por permitir monitorar todo o intenso tráfego marítimo das duas principais rotas – NE/SW e NW/SE – além daquelas que ligam a América do Norte, o mar do Caribe e o canal de Panamá aos portos sul americanos e ao Estreito de Magalhães, além de todo o tráfego marítimo de cabotagem que por ali navega.

Noronha dista cerca de duzentas milhas da Ponta do Calcanhar, esta localizada no município de Touros, litoral do Rio Grande do Norte, formando com ela o estreito Calcanhar-Noronha, por onde transita a maioria do tráfego marítimo de cabotagem, além das demais rotas que navegam costeando o litoral brasileiro.

Já o tráfego oriundo da Europa trafega no espaço marítimo entre Fernando de Noronha e Dacar, no Senegal, que tem pouco menos de 1.400 milhas de largura. Por este largo “estreito” transita, além do tráfego marítimo já mencionado, aquele que liga o Golfo da Guiné e o oceano Índico, via cabo da Boa Esperança, aos portos da Europa, Mediterrâneo, Caribe, América do Norte e ao canal do Panamá. Este estreito contém ainda outro, de menor largura, cerca de 90 milhas, mas de igual importância e valor estratégico, entre o arquipélago de Cabo Verde e Dacar.

Assim, pelo “estreito” Calcanhar-Noronha-Praia-Dacar, denominado cinturão Natal-Dacar pelo professor Ítalo Pesce, transita um intenso e estratégico tráfego marítimo, constituindo linhas de comunicação marítima vitais para os EUA e UE (PESCE, 2003).

Inserir neste estreito uma força naval com a densidade de uma Esquadra colocará a Marinha do Brasil diante de desafios e oportunidades nunca antes experimentados pela força.

Além de proporcionar que a Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa sejam atendidas no que tange ao aumento da presença militar na Amazônia e no entorno da foz do rio Amazonas, a existência de uma Esquadra no litoral setentrional brasileiro permitirá atender outras diretrizes contidas nos documentos.

A PDN, ao analisar o entorno estratégico do Brasil ressalta que:

Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países liminhos da *África*. [...] O Brasil atribui prioridade aos países da América do Sul e da *África*, em especial aos da *África Austral* e aos de língua portuguesa, buscando aprofundar seus laços com esses países. (BRASIL, 2005, p.3 e 5, ênfases nossas)

A Política então emana uma diretriz que orienta a:

intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, particularmente com as da América do Sul e as da *África*, liminhas ao Atlântico Sul; [...]. (BRASIL, 2005, p. 9, ênfase nossa)

Uma Esquadra brasileira, operando na porção setentrional de nosso litoral, com a oportunidade de se fazer presente e operar com os países africanos liminhos ao Atlântico se constituirá num valioso instrumento da política externa brasileira. Os fortes laços que hoje temos com a Namíbia, construídos ao longo de uma década, poderão servir de exemplo e atrativo para a aproximação com outras Marinhas daquele continente, a exemplo da recente aproximação com a Guiné Equatorial.



A presença de uma Esquadra brasileira nos portos dos países da África Ocidental contribuirá para o estreitamento e o estabelecimento de laços, que abrirão possibilidades de relacionamento além do campo militar. A Marinha, em que pese vir atuando nesta tarefa com alguma desenvoltura na África Centro-Ocidental, especialmente na Namíbia, deve se preparar para fazê-lo, com a mesma eficácia, no extremo oeste africano, considerando especialmente as diferentes culturas ali encontradas, diferenças essas que foram e continuam sendo fatores motrizes dos inúmeros e frequentes conflitos que eclodem naquele continente. A oportunidade de, nessa aproximação, assumir o papel de orientador, de formador, de possibilitar a transmissão de nosso *expertise* e experiência naval, expor nossas qualidades é, além de valiosa, uma quebra de paradigma, que demonstra nossa mudança de patamar no cenário internacional.

No campo militar, o valor estratégico de uma Esquadra, operando no Atlântico equatorial e no estreito Natal-Dacar, será grande e importante, uma vez que a presença da força trará implicações e consequências àquele espaço geoestratégico, difíceis de serem previstas, pois dependem do posicionamento que será assumido pelos demais atores que atuam naquele cenário. Um exemplo recente das possíveis reações à ativação da nossa Segunda Esquadra foram aquelas decorrentes da reativação da 4ª Frota norte-americana.

O posicionamento de uma força naval do porte de uma Esquadra naquela estratégica posição poderá ter como consequência um desbalanceamento de forças no continente sul americano e, assim, suscitar interpretações variadas, não apenas dos demais atores regionais, mas também das potências que possuem interesses na região de influência da nova Esquadra.

O domínio sobre posições estrategicamente valiosas é assunto recorrentemente abordado pelos estudiosos de estratégia. Segundo o professor Vego, uma posição estratégica favorável deve permitir que suas forças exerçam o comando da área adjacente, o controle do

tráfego marítimo nela transitando e ainda o lançamento e os relançamentos sucessivos das próprias forças no teatro de operações a ela adjacente. Vego, citando o almirante Alfred T. Mahan<sup>39</sup>, alerta que este considerava que só as posições que tenham influência decisiva num determinado teatro de operações deveriam ser asseguradas, e também alerta para o fato de que apenas o domínio da posição não traz vantagem, necessitando-se a ela aliar poder militar, quando então se transformará em uma vantagem estratégica. Evocando novamente Mahan<sup>40</sup>, Vego afirma que a força de um poder naval está inquestionavelmente ligada à posse de posições estratégicas, mas também que a maior componente desta força reside na mobilidade da força naval (VEGO, 1999, p. 42-43, 55).

Assim, podemos verificar o acerto e a importância da criação da Segunda Esquadra para o poder naval brasileiro, que propiciará a intensificação da presença naval na região, a defesa em profundidade da foz do rio Amazonas, o domínio sobre o estreito Calcanhar-Noronha, o aumento da presença da Marinha do Brasil no cinturão Natal-Dacar e o estreitamento das relações com os países do oeste africano.

A atual distribuição do poder naval brasileiro, em particular da Esquadra, impõe restrições à realização de operações de longa duração no litoral setentrional, pela falta do necessário apoio que uma força dessa magnitude demanda. Os fatores tempo-distância também representam óbices à rapidez de posicionamento exigida pelas novas diretrizes de defesa do país. Apesar de a MB dispor de Bases Navais dispostas ao longo do seu litoral, estas, ao longo do tempo, se adequaram e especializaram para a manutenção dos meios nelas sediados, pertencentes às Forças Distritais, compostas por meios de menores porte e complexidade que aqueles da Esquadra. Assim, no que tange ao apoio a uma Esquadra, nossas

---

<sup>39</sup> MAHAN, Alfred T. *Naval Strategy compared and contrasted with the principles and practice of military operations on land*. Boston, MA: Little, Brown, 1919, p. 131.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 127.

Bases Navais estão apenas parcialmente capacitadas, o que constitui uma dificuldade ao pleno atendimento das tarefas atribuídas à MB pela END.

Inicialmente, a composição de uma Segunda Esquadra trará dois grandes desafios. O primeiro está no dimensionamento e distribuição dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais para compô-la, considerando a análise estratégica do cenário, as hipóteses de emprego e, ao mesmo tempo, o atendimento às diretrizes de defesa. Um desafio, no campo do planejamento estratégico, decorrente da nova agenda de defesa do Brasil.

Uma vez dimensionado, caberá à alta administração naval outra tarefa de grande vulto, que é a de gerenciar sua concretização. Materializar os planejamentos em meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, de forma a compatibilizar o poder naval brasileiro à nova estatura do país, numa conjuntura de orçamentos historicamente restritos, não raro contingenciados, se constituirá em mais um desafio a ser superado, este no campo da gestão.

Outros desafios a serem transpostos estão ligados aos fatores físicos da área de operações, o litoral setentrional. O ambiente marítimo daquela área sofre forte influência da descarga de enorme quantidade de água doce e sedimentos oriundos do rio Amazonas, alterando as características do meio aquático, afetando o desempenho dos sonares. O fato de a área estar contida na região equatorial impõe condições climáticas particulares, que conferem ao ambiente característica especial que influencia diretamente a propagação das ondas eletromagnéticas e, portanto, interferindo nas disciplinas detecção e comunicações. A região possui características batimétricas peculiares, apresentando pequenas profundidades até distâncias bastante significativas da costa. Estas e outras especificidades demandarão estudo e experimentação para adaptar os equipamentos, os meios, as técnicas, as táticas, os homens, enfim, a Força Naval, ao novo ambiente e às novas condições de operação. Este desafio poderá contar com a contribuição da experiência acumulada pelas várias décadas que a MB vem operando na região com suas Forças Distritais.

Ainda no campo dos desafios de ordem técnico-operacional está a necessidade de operar eficientemente em diferentes cenários, uma vez que tanto os meios da Segunda Esquadra poderão vir a operar em conjunto e nas ambiências do litoral sudeste, quanto ao contrário, meios da Esquadra, baseados no Rio de Janeiro, operando com aqueles da Segunda Esquadra, no cenário do litoral setentrional. Em que pese tal capacidade ser desejável e necessária, tal uniformidade de desempenho demandará um esforço de preparação e qualificação dos meios e do pessoal para atuar em ambos os cenários, a qualquer momento, sob procedimentos operacionais únicos, com igual eficiência, sem solução de continuidade.

A constituição de duas Esquadras, realizando a mesma tarefa - *controle de área marítima* - com o objetivo de controlar o acesso marítimo a áreas de importância estratégica para o país, o litoral Santos-Vitória e a foz do rio Amazonas, portanto, operando em áreas de operação bastante distintas, ricas em especificidades, se apresenta como um desafio também no nível estratégico-operacional, por demandar a especialização de cada uma das forças para o cumprimento de suas tarefas na região sob sua responsabilidade ao mesmo em que deverão ser capazes de operar, com a mesma eficiência, na área de operações da outra Esquadra ou em qualquer outro cenário de interesse do país. Medidas como o intercâmbio, de meios e de pessoal, operações com Força composta por meios de ambas as Esquadras, navios e tropa realizando estação na outra sede, além da remodelação e unificação de currículos e programas de adestramento, são sugestões de medidas que poderão ser adotadas para atingir o nível de unidade doutrinária requerido. Este desafio se reveste com uma roupagem estratégica, pois a ocorrência de conflito em apenas uma das áreas demandará o concurso de reforço de meios, oriundo da outra Força Naval. A incapacidade de operar eficientemente com ambas as Esquadras em conjunto significará uma vulnerabilidade crítica para a Marinha do Brasil.

Há uma questão estrutural que certamente representará um novo desafio para a Marinha do Brasil. Os locais passíveis de servirem de sede para a Segunda Esquadra,

especialmente os localizados no litoral dos Estados do Maranhão e Pará, apresentam fortes correntes de maré associadas a significativas alternâncias do nível do mar, que, por exemplo, chegam a 6 metros de amplitude na baía de São Marcos. A Engenharia Civil da MB ver-se-á diante do desafio de criar atracadouros seguros e abrigados, que permitam aos navios daquela Esquadra, não apenas permanecer atracados por tempo indefinido, mas, também, que as manobras de atracação e desatracação não estejam sujeitas a inaceitáveis “janelas”, condicionadas pelo regime das marés.

Talvez o maior desafio a enfrentar seja o de replicar toda a estrutura de apoio hoje existente no Rio de Janeiro naquela região sabidamente carente<sup>41</sup>. A atual estrutura de manutenção dos meios, gerenciada pela Coordenadoria de Manutenção de Meios da Diretoria Geral de Material da Marinha demandará reestudo, pela dificuldade que o afastamento geográfico trará para sua aplicação. As dificuldades de criar uma base com a mesma densidade do complexo de apoio existente no Rio de Janeiro, em local onde há conhecidas carências de mão de obra qualificada e dificuldades de obtenção de insumos de toda ordem, demandará uma sistemática de transição até que aquela Base possa suprir plenamente as necessidades dos meios nela sediados.

A MB constituiu, em 2008, um Grupo de Trabalho (GT) para cumprir a determinação contida na END de iniciar os estudos e os preparativos para estabelecer uma base naval o mais próximo possível da foz do rio Amazonas. O relatório do GT apontou diversos locais que oferecem condições favoráveis para o empreendimento, todos no litoral

---

<sup>41</sup> Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2005, os Estados das regiões Norte e Nordeste ocupavam as últimas posições na classificação dos Estados brasileiros segundo o índice de desenvolvimento humano (IDH). Informação disponível em: [http://www.pnud.org.br/pobreza\\_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3039&lay=pde](http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3039&lay=pde) Acesso em: 26 maio 2010. Na classificação dos mesmos Estados segundo seus PIB, o Estado pertencente às regiões Norte e Nordeste melhor classificado é Pernambuco, com o décimo maior PIB, seguido de perto por Ceará e Pará, porém os três juntos respondem por apenas 6,1% do PIB nacional. Informação disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003\\_2007/tabela02.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003_2007/tabela02.pdf)

setentrional, estando os melhor classificados, segundo os critérios técnicos estipulados, situados nos Estados do Maranhão, Pará e Ceará (BRASIL, 2008).

A instalação de um complexo industrial da magnitude de uma Base Naval acompanhada da estrutura de apoio a uma Esquadra, em qualquer das localidades da região, trará enormes transformações e desenvolvimento, motivo pelo qual, até o presente, ainda não há uma definição quanto ao local onde a base será estabelecida, provavelmente pelas pressões políticas dos governos dos estados envolvidos, dado o arrasto de desenvolvimento que o empreendimento trará para a localidade escolhida.

As consequências destas disputas podem desencadear em processos semelhantes ao da escolha das aeronaves para o programa FX-2 da Força Aérea Brasileira, em que a escolha técnica da Força foi contrastada por opções de maior peso político.

Os governos do Pará e do Maranhão têm travado uma batalha política visando a trazer o empreendimento para seus respectivos estados. Aí está mais um desafio a ser vencido, este na esfera política do poder nacional.

## 7 CONCLUSÃO

Toda riqueza acaba por tornar-se objeto de cobiça, impondo ao detentor o ônus da proteção. Tratando-se de recursos naturais, a questão adquire conotações de soberania nacional, envolvendo políticas adequadas, que não se limitam a, mas incluem, necessariamente, a defesa daqueles recursos.

Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho  
Comandante da Marinha do Brasil

A criação do Ministério da Defesa, a promulgação da Política de Defesa e, principalmente, da Estratégia Nacional de Defesa, vieram preencher lacunas há muito reclamadas pelos militares do Brasil.

A Estratégia elegeu a Amazônia como um dos principais focos da atenção do setor de Defesa do Estado Brasileiro. À Marinha do Brasil a Estratégia atribuiu, entre outras, a tarefa de estabelecer na área em torno da foz do rio Amazonas uma força naval com a densidade de uma esquadra, a Segunda Esquadra, com suas respectivas base e estrutura de apoio.

Este estudo se dedicou às questões que possam auxiliar a compreensão das decisões exaradas pela Estratégia Nacional de Defesa, especificamente aquelas correlacionadas com a Marinha do Brasil, no que tange à defesa da Amazônia. O estudo proporcionou, também, a identificação das barreiras que se antepõem no cumprimento das decisões.

Inicialmente, o trabalho investigou as riquezas e o potencial dos recursos naturais disponíveis na Amazônia Brasileira. Vimos que aquela região é rica em importantes minerais como ferro, bauxita e manganês. O potencial hidrelétrico da região ainda é grande e, hoje, o projeto de desenvolvimento do país dele depende, pois ali reside a maior parte do potencial hidrelétrico do país que ainda pode ser explorado. No campo da energia, a Amazônia possui também reservas de minerais radioativos em quantidade considerável, além de produção e

reservas de petróleo e gás suficientes para suprir, com excedentes, as necessidades da região. A Amazônia é uma importante fonte mundial de água doce. Os rios da bacia Solimões/Amazonas produzem a maior quantidade de água doce superficial do mundo. Somese a isso os aquíferos Alter-do-Chão e Solimões, que possuem imensas reservas de água doce subterrânea. A biodiversidade da hiléia e a oportunidade do uso da biomassa como fonte de energia tributam para aumentar o valor estratégico da região para o futuro e o desenvolvimento do país. Portanto, concluiu-se que a região Amazônica é rica em recursos naturais e esta riqueza tem valor estratégico para o Brasil.

O exame da Amazônia Brasileira propicia compreender não apenas sua importância e valor estratégico para o país, mas também as razões da histórica cobiça internacional pela região. Vários mandatários e instituições internacionais já manifestaram, abertamente, o interesse que o mundo, principalmente as potências industrializadas, tem pela Amazônia. Tal interesse, aliado à importância que a região tem para o desenvolvimento do Brasil, nos permite concluir pela necessidade de afirmar e manter a soberania brasileira naquela região. Desta forma, atingimos o primeiro objetivo deste estudo ao identificarmos o valor da Amazônia para o Brasil e as razões da cobiça internacional.

O estudo tem sua continuidade examinando os indicadores e fatos que ratificam o crescimento econômico e o desenvolvimento brasileiro e, também, a nova posição que o país vem assumindo no Sistema Internacional. Os indicadores macroeconômicos estudados permitem concluir que o Brasil vive um novo ciclo de crescimento e desenvolvimento. A continuidade deste ciclo dependerá das políticas públicas que serão adotadas nos anos porvir.

A conjuntura de desenvolvimento do país tem proporcionado novas posturas da política externa brasileira, que agora atua em foros que antes tinha tímida ou nula participação. A criação do G-20, a participação nos BRICs e as atuações nos foros da OMC, em especial na “rodada de Doha”, demonstram a nova estatura do país no concerto das



nações. Nos espaços regionais das Américas Latina e do Sul o Brasil tem atuação destacada e pretende exercer uma liderança, especialmente na América do Sul, onde, no entanto, enfrenta a resistência do bolivarismo. Assim, conclui-se que o novo ciclo de desenvolvimento que o país vem experimentando tem proporcionado respaldo para uma postura proativa do país no sistema internacional, em que vem assumindo novas estatura e relevância.

Continuando o estudo, o capítulo quatro contém uma breve discussão sobre política externa e seus componentes, que permite constatar a importância da componente militar para o respaldo às posições brasileiras nas relações internacionais. Viu-se, também, que sua eficiência enquanto instrumento da política externa se condiciona a estar adequadamente dimensionada e compatibilizada à estatura e relevância da nação.

A continuação do trabalho passou pela análise da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa. A análise dos dois documentos de mais alto nível sobre a defesa do país, com foco nas suas implicações para a Marinha do Brasil, especificamente no que tange à requerida atuação no entorno da foz do rio Amazonas, cotejada com as teorias de reconhecidos estrategistas navais e com os pensamentos dos notáveis que participaram do ciclo de debates promovido pelo Ministério da defesa, permitiu constatar a coincidência das diretrizes emanadas por ambos os documentos com aqueles pensamentos e teorias.

As teorias estratégicas exploradas, como as de Bernard Brodie e Milan Vego, apoiam a orientação para o estabelecimento de uma Base Naval funcionando como apoio para uma força com a densidade de uma Esquadra no litoral setentrional do país. Já as percepções externadas pelos notáveis no ciclo de debates promovido pelo Ministério da Defesa, que sintetizam o entendimento da elite da sociedade brasileira sobre o tema defesa, respaldam não apenas o posicionamento do conjugado Base/Esquadra no entorno da foz do rio Amazonas, com fito de controlar o acesso àquele rio e, portanto, prover a defesa da estratégica região,

mas também a necessidade do aumento do poder naval brasileiro de forma a torná-lo compatível com as demandas de defesa da nação.

Desta forma, com o apoio da percepção da elite brasileira e dos pensamentos de estrategistas navais de renome, aliados ao reconhecimento do valor estratégico das riquezas naturais existentes na Amazônia, importantes para a continuidade do ciclo de crescimento que o Brasil vive, procurou-se justificar as decisões e diretrizes contidas nos documentos de alto nível de defesa e elucidar as motivações que as orientaram.

O fecho do estudo consistiu da investigação das oportunidades e ameaças que se apresentarão à Marinha do Brasil no atendimento às demandas da estratégia Nacional de Defesa, especificamente a criação de uma Base Naval e de uma Segunda Esquadra fixadas em local o mais próximo possível da foz do rio Amazonas.

Inicialmente, identificaram-se as perspectivas que se abrirão com a presença da Segunda Esquadra operando no cinturão Natal-Dacar, controlando importante parcela do tráfego marítimo que navega pelo estreito Calcanhar-Noronha e com a possibilidade de estreitar as relações com os países africanos banhados pelo Atlântico, especialmente aqueles da região oeste, ao norte do golfo da Guiné. Para obter, nestes futuros, relacionamentos o mesmo grau de sucesso que vimos experimentando com os países da África centro-ocidental, a Marinha deverá se preparar estudando a história, as culturas, e as necessidades daqueles países, conjugadas com nossas possibilidades de supri-las.

A presença de uma Segunda Esquadra trará consequências geopolíticas pelo desbalanceamento que esta nova concentração de poder militar, naquela posição geográfica, provocará. A Marinha do Brasil deverá estar pronta para lidar com as possíveis reações à existência da sua nova Esquadra.

O dimensionamento dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais que comporão a Segunda Esquadra, que deve considerar uma análise estratégica do cenário, das

hipóteses de emprego e das diretrizes expressas nos documentos de alto nível de defesa, constitui desafio para o planejamento estratégico da força.

Porém, vislumbra-se que o desafio de materializar os planejamentos, em um ambiente de frequentes restrições aos orçamentos de defesa, será o que oferecerá maior dificuldade à capacidade de gestão da Alta Administração Naval.

As características oceanográficas, meteorológicas e batimétricas reinantes na área de operações da Segunda Esquadra demandarão que a Marinha seja capaz de adaptar seus equipamentos, meios, adestramento, táticas e homens de forma a permitir que aquela força naval seja eficaz ao operar no novo cenário.

A existência de duas Esquadras com áreas de atuação distintas, com tarefas semelhantes, mas com especificidades decorrentes das características das respectivas áreas de operação, trará mais um desafio. Uma vez que existe a possibilidade de ambas as Esquadras operarem juntas em qualquer área do litoral do país, há que haver unidade de doutrina, procedimentos e de eficiência dos meios operando em cenários diferentes daqueles onde estarão acostumados, evitando segregação e especialização indesejável, evitando assim uma vulnerabilidade estratégico-operacional.

Há dificuldades técnicas a serem superadas, na área das engenharias civil e naval, geradas pelos regimes de marés reinantes nos locais apontados pelo Grupo de Trabalho que ficou responsável pela pré-seleção dos possíveis locais onde a Base Naval poderá ser erigida. O desafio consiste em criar estruturas abrigadas que não imponham restrição às manobras de atracação e desatracação dos navios, função dos regimes de maré.

A criação da estrutura de apoio à segunda Esquadra, espelhada na existente no Rio de Janeiro, em região onde há carências de toda ordem, será mais um óbice que se apresentará na implementação das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa.

Finalmente identificou-se um óbice no nível político do poder nacional, uma vez que os governos dos estados onde estão localizados os locais pré-selecionados iniciaram uma disputa política para trazer o empreendimento para seus respectivos estados por perceberem os benefícios que acompanharão um complexo industrial de tamanha magnitude. O desenrolar desta disputa pode desembocar em uma decisão que leve o empreendimento para local diferente ou menos cotado entre os pré-selecionados. A Alta Administração Naval deverá acompanhar o desenrolar da disputa visando à antecipação aos fatos.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). **Panorama da qualidade das águas subterrâneas no Brasil**. Disponível em: <[http://www.ana.gov.br/pnrh\\_novo/documentos/02b%20Panorama%20da%20Qualidade%20%C1guas%20Subterr%E2neas/VF%20Qualidade%20AguasSubterraneas.pdf](http://www.ana.gov.br/pnrh_novo/documentos/02b%20Panorama%20da%20Qualidade%20%C1guas%20Subterr%E2neas/VF%20Qualidade%20AguasSubterraneas.pdf)>. Maio, 2005. Acesso em: 23 maio 2010.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). **Reservas nacionais de petróleo e gás natural em 31/12/2009**. 2010. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?dw=17640>>. Acesso em: 24 maio 2010.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/Alves.pdf>>. 2004. Acesso em: 03 jun. 2010.

AMORIM, Celso L. N. . O Brasil e os novos conceitos globais e hemisféricos de segurança. In : PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Machado da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, p. 135-156. (Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança ; 1)

ANJOS, Maria Anita dos. Retrospectiva da economia brasileira nos últimos 45 anos. **Revista FAE Business**, n. 4, dez. 2002. Disponível em: <[www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista\\_fae\\_business/n4\\_dezembro\\_2002/economia1\\_retrospectiva\\_da\\_economia\\_brasileira\\_nos.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n4_dezembro_2002/economia1_retrospectiva_da_economia_brasileira_nos.pdf)>. Acesso em : 24 maio 2010.

BARROS, A.C.; VERÍSSIMO, A ( org. ). **A Expansão da Atividade Madeireira na Amazônia** : Impactos e Perspectivas para o Desenvolvimento do Setor Florestal no Pará. Belém: IMAZON, 1996. 168 p.

BRASIL. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 jul. 2005. Seção 1. p. 5. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03 / \\_Ato2004 - 2006 / 2005 / Decreto / D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03 / _Ato2004 - 2006 / 2005 / Decreto / D5484.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2010.

BRASIL. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2008. Seção 1. p. 4. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03 / \\_Ato2007 - 2010 / 2008 / Decreto / D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03 / _Ato2007 - 2010 / 2008 / Decreto / D6703.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2010.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Sumário Mineral 2008**. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=68&IDPagina=1165>>. Acesso em : 10 maio. 2010

BRODIE, Bernard. **Guia de estratégia naval**. 4. ed. . Rio de Janeiro: EGN, 1961. 308p.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (United States). **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>>. Acesso em: 03 jun. 2010.

DEUTSCH, Karl Wolfgang. **Análise das relações internacionais**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1978. 263 p. (Coleção Pensamento Político; 1)

ECONOMIABR. **A economia brasileira – indicadores econômicos**. Disponível em: <<http://www.economiabr.defesabr.com/Ind/Ind.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2010.

ELETROBRÁS. **Potencial hidrelétrico do Brasil – dados resumidos**. Disponível em: <[http://www.eletronbras.gov.br/EM\\_Atuaacao\\_Sipot/tabela.asp](http://www.eletronbras.gov.br/EM_Atuaacao_Sipot/tabela.asp)>. 2007. Acesso em: 22 maio 2010.

ELETROBRÁS. **Usina de Santo Antônio (Projeto Madeira)**. Disponível em:<[http://www.furnas.com.br/negocios\\_novos\\_projetos\\_07.asp](http://www.furnas.com.br/negocios_novos_projetos_07.asp)>. Acesso em: 26 jul. 2010.

FERREIRA, Arthur Xavier. Conceito econômico-tecnológico para a defesa nacional: A questão da Amazônia e da tecnologia de ponta. In : PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Machado da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, p. 189-202. (Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança; 1).

FLORES, Mario Cesar. Uma estratégia para o Brasil. In : PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Machado da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, p. 27-38. (Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança; 1).

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Brazil and the IMF**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/country/BRA/index.htm>>. Acesso em : 28 jul. 2010.

GOLDMAN Sachs global economics, commodities and strategy research. **BRICs monthly**. n.10/03. 20 may. 2010. Disponível em: < <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/brics-decade-doc.pdf> > Acesso em: 04 jun. 2010.

GONÇALVES, Williams. **Política externa brasileira: tradição e mudança**. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 2010. Parte do módulo de ensino de Relações Internacionais do C-PEM/2010. 28 p.

GRATIUS, Susanne. **O Brasil nas Américas: potência regional pacificadora?**. Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior. Madrid, abr. 2007. 30p. Disponível em: <<http://www.fride.org/publicacion/223/brasil-en-las-americas-una-potencia-regional-pacificadora> >. Acesso em: 03 maio 2010.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. 4. ed. Porto Alegre : Ed. da UFRGS ; Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. 166p.

GUIMARÃES. Uma estratégia militar para o Brasil. In : PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Machado da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil** . Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, p. 39-48. (Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança; 1)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em síntese**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/brasil\\_em\\_sintese/](http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/)>. Acesso em: 03 jun. 2010a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Zoneamento ecológico-econômico dos Estados da Amazônia Legal**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas\\_doc5.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas_doc5.shtm)>. Acesso em: 22 maio 2010b.

IPEADATA. **Indicadores Macroeconômicos**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?302236234>>. Acesso em: 03 jun. 2010.

PROENÇA JÚNIOR, Domício. Relato da primeira rodada de debates. In : PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Machado da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil** . Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, p. 107-116. (Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança; 1)

MALAMUD, Carlos. **Las cuatro cumbres de presidentes latinoamericanos y el liderazgo brasileño**. Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos. DT nº

3/2009, 21 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.realinstitutoelcano.org>>. Acesso em: 04 abr. 2010.

MARINI, Onildo João. **Mineração e mapeamento das províncias minerais da Amazônia**. Palestra proferida na 59<sup>o</sup> reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) sobre o tema – Amazônia: Desafio Nacional, em 12/07/2007. Disponível em: <[http://www.adimb.com.br/arquivos/palestra\\_formatada\\_NOVA.pdf](http://www.adimb.com.br/arquivos/palestra_formatada_NOVA.pdf). 2007>. Acesso em: 11 maio 2010.

MIYAMOTO, Shiguenoll. **A inserção do Brasil no sistema internacional**. Disponível em: <[www.cedec.org.br/files\\_pdf/AinsercaodoBrasilnosistemainternacional.pdf](http://www.cedec.org.br/files_pdf/AinsercaodoBrasilnosistemainternacional.pdf)>. Acesso em: 22 maio 2010.

MORGENTHAU, Hans. **Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2003. 1093 p.

PACIFIC INSTITUTE. **The World's Water 2008-2009 Data**. Disponível em: <<http://www.worldwater.org/data.html>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

PEREIRA, Antonio Carlos. Notas sobre a política de defesa. In : PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Machado da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, p. 203-212. (Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança; 1)

PEREIRA, Antonio Celso Alves. **Apontamentos sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Disponível em: <[http://www.conpedi.org/manuel/arquivos/anais/campos/antonio\\_celso\\_alves\\_pereira.pdf](http://www.conpedi.org/manuel/arquivos/anais/campos/antonio_celso_alves_pereira.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2010.

PESCE, Eduardo Italo. Uma Marinha oceânica para o século XXI. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 123, n. 01/03, p. 141-163, jan/mar. 2003.

PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Machado da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**. (Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança. v. 1.) Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004. 235 p.

REYNOLDS, Phillip Alan. **An introduction to international relations**. London: Longman, 1971. 275 p.



RIOS-NETO, Eduardo L. G. . Questões emergentes na demografia brasileira. In: **Texto para discussão 276**, UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <[http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno\\_id426&nivel=1&texto\\_id=2935](http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id426&nivel=1&texto_id=2935)>. Acesso em: 28 jul. 2010.

SANTOS, Breno Augusto dos. **Recursos minerais da Amazônia**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a09.pdf>>. 2002. Acesso em: 10 maio 2010.

SARITA, Albagli. Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade. **Revista Parcerias estratégicas**, n. 12. SET/2001. Disponível em: <[http://www.cgee.org.br/arquivos/pe\\_12.pdf](http://www.cgee.org.br/arquivos/pe_12.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2010.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Recursos minerais: análise ambiental estratégica**. Disponível em: <[http://www.cprm.gov.br/publique/media/recursos\\_minerais.pdf.2006](http://www.cprm.gov.br/publique/media/recursos_minerais.pdf.2006)>. Acesso em: 10 maio 2010.

SILVA, Roberto Gama e. A Amazônia e a cobiça internacional. Separata de: **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 129, p 93-127, dezembro 2009.

SILVEIRA, Rui Monarca da. Segurança e defesa : a visão do exército brasileiro In : PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Machado da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004, p. 167-188. (Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança; 1)

STRATFOR Global Intelligence. **Evaluating Brazil's rise**. Disponível em:<<http://www.stratfor.com> >. Acesso em: 23 jul. 2010.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAM. **Freshwater resources**. Disponível em: <<http://www.unep.org/dewa/assessments/ecosystems/water/vitalwater/freshwater.htm>>. Acesso em : 26 jul. 2010.

UNITED STATES GEOLOGICAL SERVICE. **Mineral Commodity summaries 2010**. Disponível em: <<http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/mcs/2010/mcs2010.pdf>>. Acesso em : 10 maio 2010a.

UNITED STATES GEOLOGICAL SERVICE.**Where is Earth's water located?**. Disponível em:<<http://ga.water.usgs.gov/edu/earthwherewater.html>>. Acesso em: 26 jul. 2010b.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Balbina, a hidrelétrica que não deu certo**. Disponível em: <<http://www.cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo2B/Hidraulica/balbina.htm>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

VEGO, Milan N. . **Naval Strategy and operations in narrow seas**. London: Frank Cass, 1999. 331p.

VEIGA, Antônio Tadeu Corrêa. A geodiversidade e o uso dos recursos minerais da Amazônia. **Revista Terra das Águas**, Brasília, n. 1, p. 88-102, 1999. Disponível em: <<http://www.geos.com.br/geos2.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2010.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A internacionalização da Amazônia. Separata de : **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 129, p. 20-37, dez. 2009.

VILANOVA, Pere. **El estado y el Sistema Internacional : una aproximación al estudio de política exterior**. Barcelona: EUB, 1995.126 p.

WALTZ, Kenneth Neal .**The use of force: military power and international politics**. 6. ed. Lanham : Rowman&Littlefield, 2004. 481 p.

WORLD ENERGY COUNCIL. **Survey of energy resources executive summary**. Disponível em:< [http://www.worldenergy.org/documents/ser2007\\_executive\\_summary\\_final\\_18082008.pdf](http://www.worldenergy.org/documents/ser2007_executive_summary_final_18082008.pdf) >. 2007. Acesso em: 23 maio 2010.